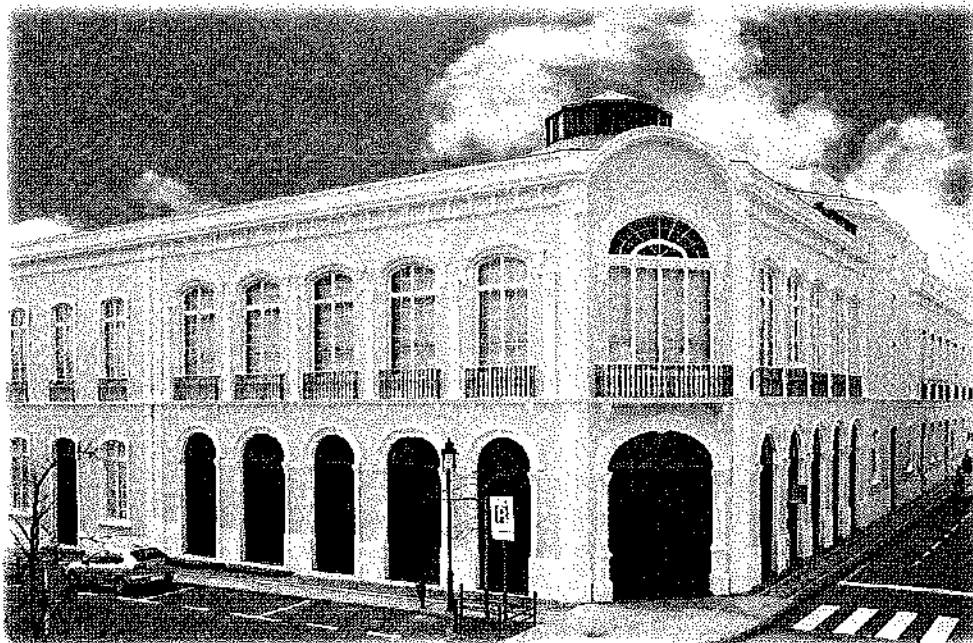




COLISEU
MICAELENSE



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO
ANO DE 2013**

Documento elaborado por NECA, Lda



**COLISEU
MICAELENSE**
1917 - 2005

**COLISEU MICAELENSE - SOCIEDADE
DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS,
SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A.**
Sede: -Edifício Coliseu Micaelense - Rua de Lisboa - Ponta Delgada
Sociedade Anónima com o número fiscal de contribuinte 512059420,
matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada,
com o capital social de 1.750.000,00 Euros.

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos **Artigos 8.º n.º 2 e 10.º n.º 1 do Contrato de Sociedade**, convocam-se todos os Acionistas no pleno gozo dos seus direitos para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ter lugar no dia **28 de Março de 2014, pelas 17h00**, no Edifício do Coliseu Micaelense - Rua de Lisboa - Ponta Delgada, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2013;**
- 2.º. Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração;**
- 3.º. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.**

Nos termos do **Artigo 289.º n.º 1 alínea e) do Código das Sociedades Comerciais**, informam-se os Senhores Accionistas que os documentos atrás descritos serão facultados à consulta durante os **15 dias anteriores à data da Assembleia Geral**.

Ponta Delgada, 20 de Fevereiro de 2014

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

NUNO GONÇALO GAGO DA CÂMARA VISCONDE DO BOTELHO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2013

CONVOCATÓRIA

1. Relatório da Gestão

- 1.1 – Índice
- 1.2 – Relatório de Gestão
- 1.3 – Relatório de Actividades de 2013
(Coliseu - Interno)
- 1.4 – Relatório Atividades de 2013
(Coliseu – Projecto Externo)

2. Mapas das Demonstrações Financeiras

- 2.1 – Balanço
- 2.2 – Demonstrações de Resultados
- 2.3 – Fluxos de Caixa
- 2.4 – Alterações dos Capitais Próprios

3. Anexo às Demonstrações Financeiras

- 3.1 – Índice
- 3.2 – NCRF – Normas Contabilísticas de Relato Financeiro

4. Relatório e Parecer do Fiscal Único

5. Certificação Legal de Contas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2013 ANEXOS

6. Balancetes Contabilísticos em 31 Dezembro de 2013

6.1 – Balancetes do Razão Geral e Analítico Antes do Apuramento de Resultados

6.2 – Balancetes do Razão Geral e Analítico Depois do Apuramento de Resultados (Final)

7. Balancetes de Centros de Custos em 31 de Dezembro de 2013.

7.1 – Análise Resumo

7.2 – Análise Desenvolvida

8. Consolidações Bancárias

8.1 – Meios Monetários Líquidos

8.2 – Financiamentos Obtidos

9. Análise Orçamental a 31 de Dezembro de 2013

9.1 – Análise Geral (Gastos e Rendimentos Globais)

9.2 – Análise Sectorial

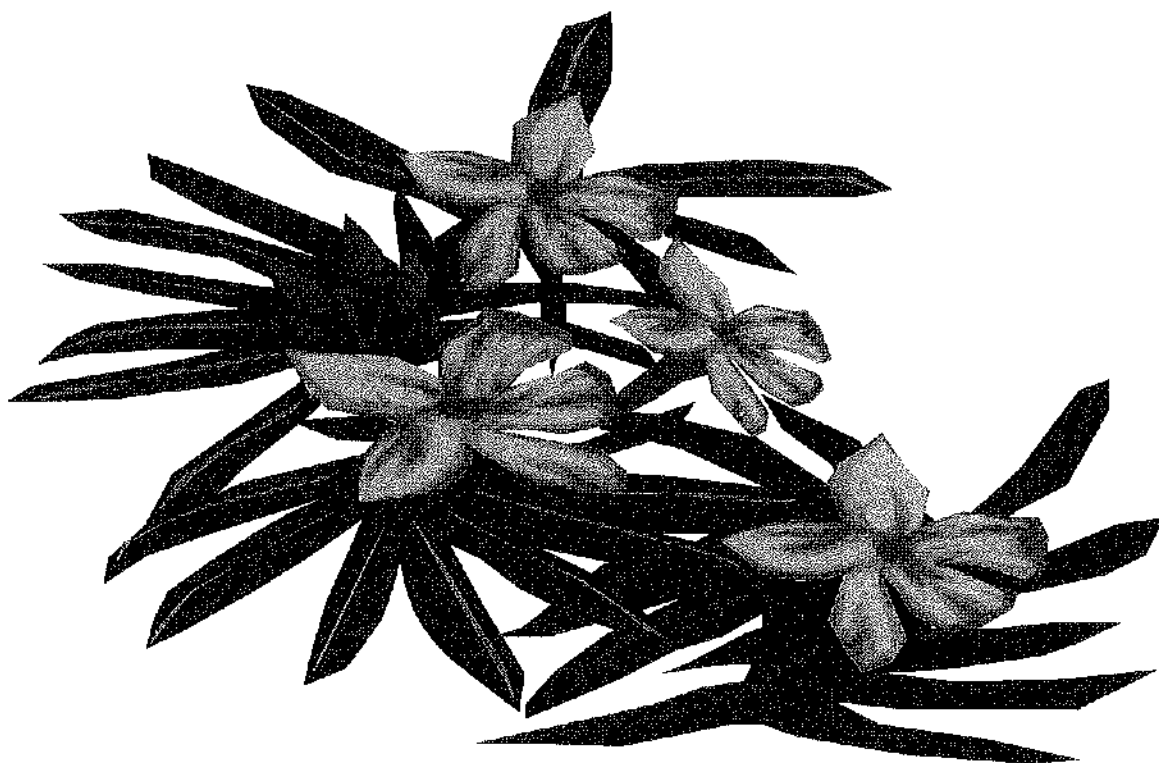
9.2.1 – Gastos e Rendimentos por Sector (Eventos Internos e Externos)

9.2.2 – Balancetes do Razão Geral e Analítico do “Projecto Externo” antes do Apuramento de Resultados

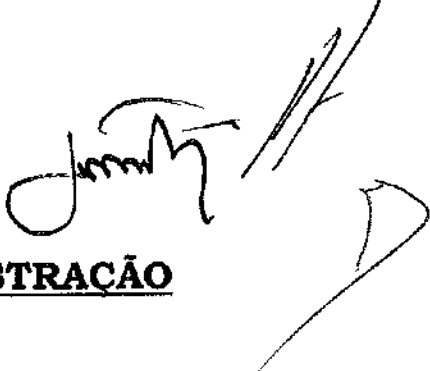
9.2.3 – Balancetes Contabilísticos do Razão Geral e Analítico do “Projecto Externo” depois do Apuramento de Resultados (Final)



**COLISEU
MICAELENSE**
1917 - 2005



**RELATÓRIO
DE
GESTÃO**



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
ANO DE 2013

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO _____	1
2. A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELA EMPRESA E OS SEUS ASPECTOS MAIS RELEVANTES _____	1-4
3. ANÁLISE FINANCEIRA _____	5-11
4. PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DOS RESULTADOS _____	12
5. SECTOR EMPRESARIAL LOCAL _____	12 e 13
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	14



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas

1. INTRODUÇÃO

O **Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, E.M., S.A.** com sede no Edifício do Coliseu Micaelense sito na Rua de Lisboa, freguesia de São José, concelho de Ponta Delgada, com o **Capital Social de 1.750.000,00 euros**, tem por objecto a promoção e dinamização de actividades e eventos culturais, sociais e recreativos os quais constituem o seu objecto principal. Incluem-se, igualmente, no objecto social da sociedade; a) A realização de espectáculos nos vários domínios da cultura, exposições, congressos, conferências, seminários, pequenas reuniões, bailes e serões dançantes, circo, exposições e feiras, entre outros eventos de natureza cultural, social ou recreativa; b) A compra, venda e arrendamento de imóveis, propriedade da sociedade ou que se revelem necessários ao desenvolvimento do seu objecto principal; c) A realização de actos e actividades comerciais desde que integrados no âmbito do objecto principal da sociedade; d) A celebração de todos os acordos, protocolos e contratos comerciais que se revelem necessários à concretização do objecto social da sociedade.

O presente **Relatório do Conselho de Administração**, elaborado nos termos do **Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais**, expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da actividade exercida no **exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2013**.

2. A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELA EMPRESA E OS SEUS ASPECTOS MAIS RELEVANTES

As actividades desenvolvidas pelo **Coliseu Micaelense**, encontram-se pormenorizadamente descritas nos **documentos anexos intitulados: - “Relatório de Atividades de Janeiro a Dezembro de 2013”**, relativo aos eventos “organizados no interior do edificio Coliseu Micaelense” e o **“Relatório Anual de Actividades – Projecto Anima 2013** (a partir de Junho de 2012 englobados na sociedade Coliseu Micaelense S.A.)”, relativo aos eventos externos os quais fazem parte integrante do presente **Relatório de Gestão**.



Como se poderá constatar no **Relatório de Actividades de Janeiro a Dezembro de 2013** (eventos internos), “No ano de 2013, a Sociedade Coliseu Micaelense concretizou os objectivos a que se propôs, nomeadamente reforçar a componente de prestação de serviços, consolidar os eventos âncora da programação anual e promover eventos marcantes no concelho de Ponta Delgada”.

“Para alcançar os mesmos, e à semelhança do ano anterior, a **Coliseu Micaelense, EM, S.A.**, reforçou a aposta na realização de **eventos de responsabilidade partilhada** – como a apresentação de espectáculos em regime de co-produção e de produção externa – e no aluguer das suas instalações para eventos privados”.

“Paralelamente, realizaram-se os **eventos âncora da programação anual do Coliseu Micaelense**, como o Grande Baile de Réveillon, os Bailes de Carnaval, a Festa Branca, os Festivais de Tunas feminino e masculino, o Festival de Teatro JUVEARTE e a Festa do Emigrante, agradavelmente enriquecido com o Concerto Orquestra Ligeira de Ponta Delgada – 467.º Aniversário da Cidade de Ponta Delgada e pelo Concerto Orquestra da Câmara Municipal de Ponta Delgada – **96.º aniversário do Coliseu Micaelense**”.

“Face à actual conjuntura económica, **implementou-se um menor número de espectáculos face aos anos anteriores**, mas manteve-se a atenção de ter uma programação diversificada e dirigida aos diferentes interesses e sensibilidades”.

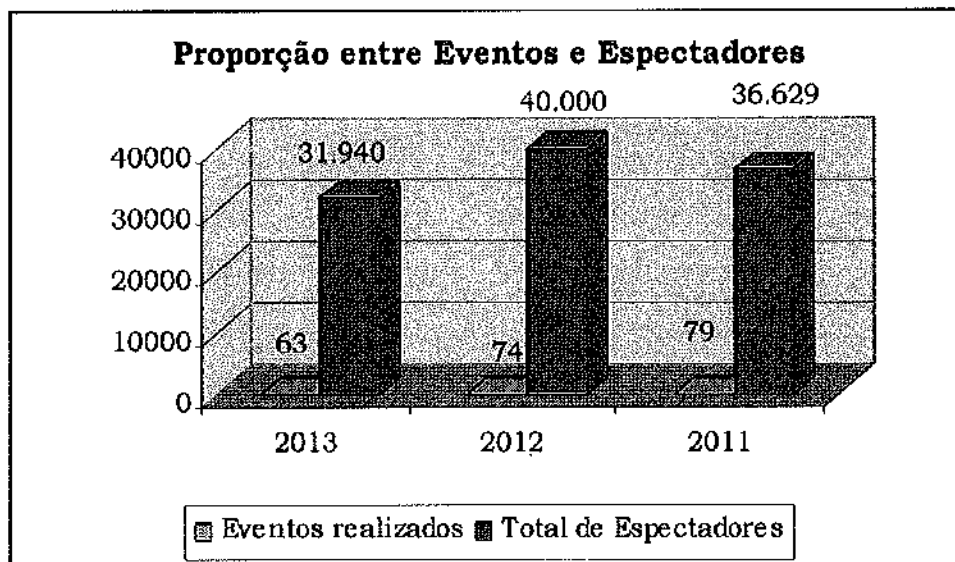
Apesar da referida conjuntura, no **ano de 2013**, realizaram-se **63 eventos**, envolvendo **cerca de 31.940 espetadores**.

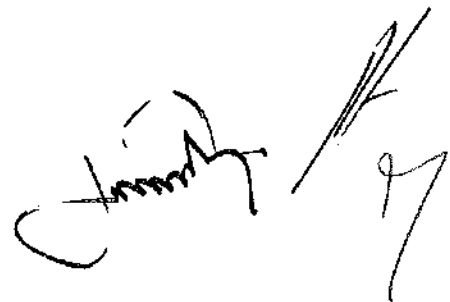


Handwritten signature

Comparativamente com anos anteriores, a variação verificada foi a seguinte:

Rubricas	2013	2012	2011
- Eventos realizados	63	74	79
- Total de Espectadores	31.940	40.000	36.629





Por sua vez, o “**Relatório Anual de Actividades – Projecto Anima - 2013**” (como já referimos, a partir de Junho de 2012 incorporados na sociedade **Coliseu Micaelense EM,SA.**), engloba todas as actividades desenvolvidas ao longo do ano de 2013 e teve como base a intervenção, concepção, apoio e gestão nas **áreas do Desporto, Tempos Livres, Juventude, Turismo e Cultura**, repartindo-se por vários locais do concelho de Ponta Delgada, nomeadamente: Centro Municipal de Cultura / Câmara Municipal de Ponta Delgada / Centro Histórico de Ponta Delgada / Freguesias do concelho de Ponta Delgada e Campo de São Francisco.

Como pormenoriza o referido **Relatório (Projecto Anima)**, durante o **ano de 2013** foram concretizados os seguintes eventos e iniciativas:

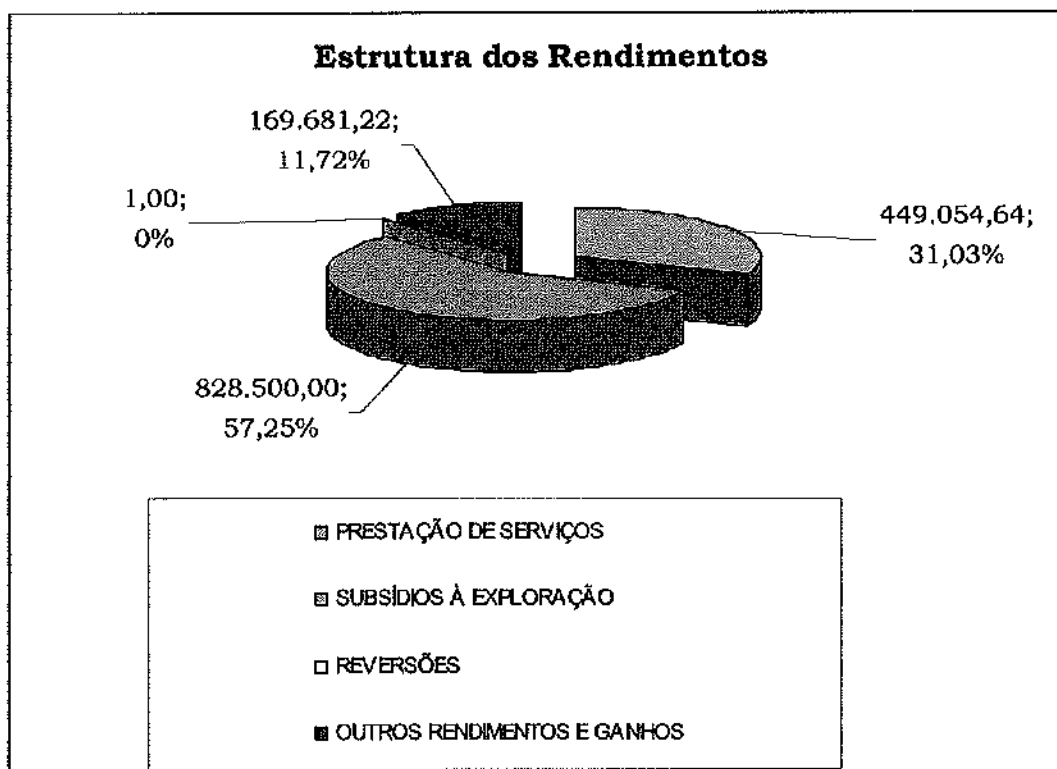
Eventos da Cultura e Tempos Livres	2013	2012
- Exposições de arte	12	12
- Lançamento de livros/reuniões e conferências	23	07
- Apoios aos Impérios das Freguesias	20	22
- Apoio às Freguesias	27	35
- Apoio às Escolas	09	21
- Apoio às Festas Populares	04	04
- Dias Comemorativos	01	06
- Festivais	03	04
- Actuações Musicais	28	53
- Apoio à Música	nd	12
- Eventos no Centro de Estudos Natália Correia	14	nd
- Animação Itinerante	13	nd
- Animação Infantil	17	nd
- Teatro de Rua	05	nd
- Teatro Popular	02	nd
- Apoios diversos na Cultura	55	25
- Eventos de relevo na Cultura e Juventude	05	09
- Total eventos da Cultura e Tempos Livres	238	210

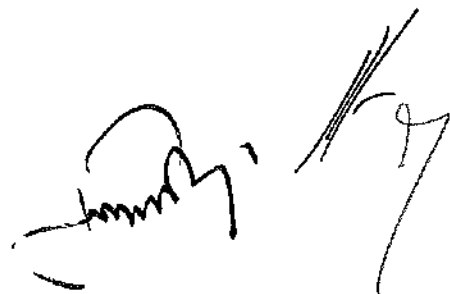
3. ANALISE FINANCEIRA

Em 2013, o **total dos Rendimentos** da empresa foram na quantia de **1.447.236,86 euros**, decrescendo 25,16%, comparativamente com o ano de 2012, cujo montante foi na quantia de **1.687.326,89 euros**.

No total dos Rendimentos, na mencionada quantia de **1.447.236,86 euros**, as **Vendas e Prestação de Serviços**, com a quantia de 449.054,64 euros, representam 31,03%, os **Subsídios à Exploração**, com a quantia de 828.500,00 euros, representam 57,25%, as **Reversões**, com a quantia de 1,00 €, representam 0,00% e os **Outros Rendimentos e Ganhos**, com a quantia de 169.681,22 euros, representam 11,72%.

Graficamente, a **distribuição dos Rendimentos de 1.447.236,86 euros**, é a seguinte:



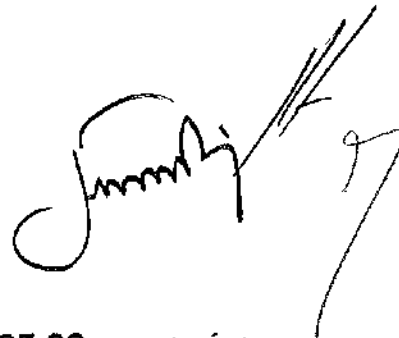


A **variação verificada**, comparativamente com igual período de 2012, consta do quadro seguinte:

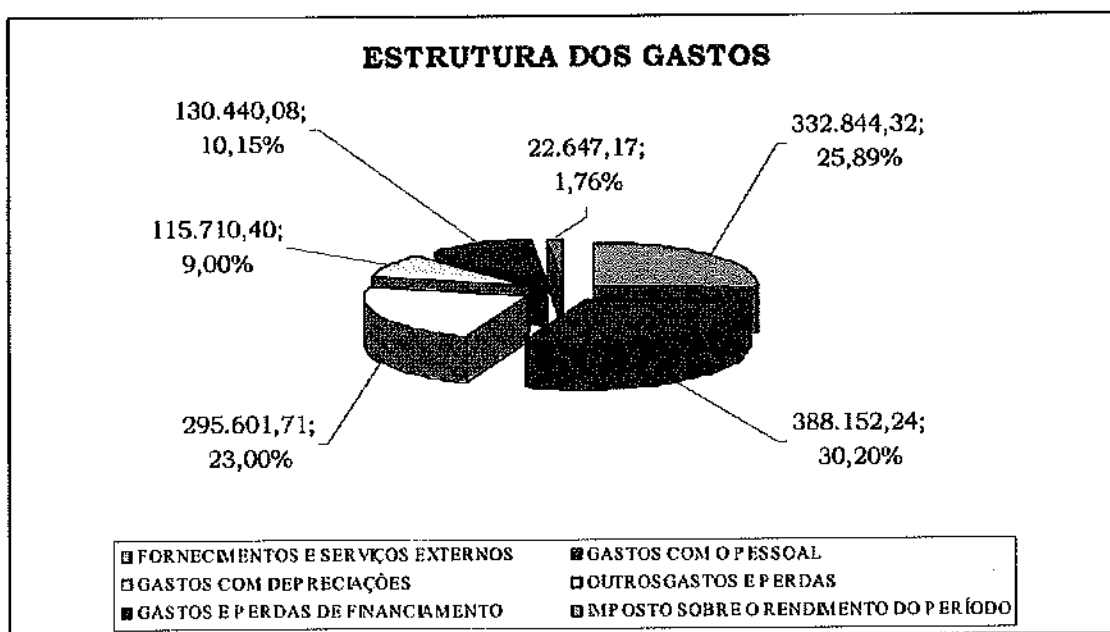
SNC	Descrição dos Rendimentos	2013	%	2012	%
72	Prestação de Serviços	449.054.64	31.03	728.724.16	43.19
75	Subsídios à Exploração	828.500.00	57.25	562.500.00	33.34
76	Reversões	1.00	0.00	347.834.69	20.61
78	Outros Rendimentos e Ganhos	169.681.22	11.72	48.268.04	02.86
	Total dos Rendimentos	1.447.236.86	100.00	1.687.326.89	100.00

Por sua vez, os **Gastos totais de exploração**, incluindo impostos, foram de **1.285.395,92 euros**, representando uma variação de menos 10,45% do que o ano de 2012, onde o seu quantitativo foi de 1.435.408,80 euros.

Naqueles **Gastos** totais de **1.285.395,92 euros**, os **Fornecimentos e Serviços Externos**, com 332.844,32 euros representam 25,89%, os **Gastos com Pessoal**, na quantia de 388.152,24 euros, representam 30,20 %, os **Gastos Depreciações e Amortizações do Exercício**, na quantia de 295.601,71 euros, representam 23,00 %, os **Outros Gastos e Perdas**, na quantia de 115.710,40 euros, representam 09,00 %, os **Gastos e Perdas de Financiamento**, na quantia de 130.440,08 euros, representam 10,15% e a estimativa para o **Imposto sobre o Rendimento do Período**, na quantia de 22.647,17 euros, representa o valor remanescente de 01,76%.



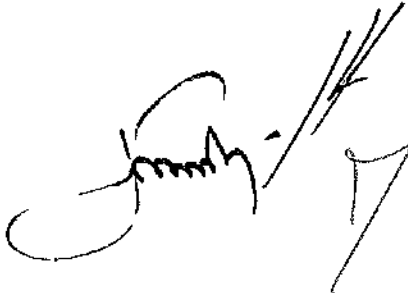
Graficamente, a **distribuição dos Gastos de 1.285.395,92 euros**, é a seguinte:



A **variação verificada**, comparativamente com igual período de 2012, consta do quadro seguinte:

SNC	Descrição dos Gastos	2013	%	2012	%
62	Fornecimentos Serviços Externos	332.844,32	25,89	383.278,13	26,70
63	Gastos com o Pessoal	388.152,24	30,20	272.985,26	19,02
64	Gastos Depreciações	295.601,71	23,00	518.518,92	36,12
68	Outros Gastos e Perdas	115.710,40	09,00	87.600,00	06,10
69	Gastos e Perdas Financiamento	130.440,08	10,15	129.306,64	09,01
8121	IRC Liquidado	22.647,17	01,76	43.719,85	03,05
	Total dos Gastos	1.285.395,92	100,00	1.435.408,80	100,00

O decréscimo acentuado, verificado na **rubrica 64 - Gastos com Depreciações**, comparativamente com igual período de 2012, deveu-se a alteração da política contabilística do critério adotado nas taxas aplicáveis aos Edifícios e Construções (Edifício Coliseu Micaelense), baixando-a de 5% para 2,5%, em conformidade com o disposto no **artigo 3.º n.ºs 1 e 2 do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro**. Os bens que foram objeto de **reavaliação extraordinária**, também deixaram de ser depreciados.



Sendo, como vimos, o total dos **Rendimentos**, na quantia de **1.447.236,86 euros** e o total dos **Gastos**, na quantia de **1.285.395,92 euros**, o **Resultado Líquido do Período de Janeiro a Dezembro de 2013**, foi **positivo na quantia de 161.840,94 euros**, traduzindo-se numa variação negativa de **35,76%**, comparativamente com o do ano de 2012, onde o lucro verificado foi de **251.918,09 euros**.

Os **Capitais Próprios da Empresa** são, à data de 31 de Dezembro de 2013, na quantia de **12.248.361,95 euros**.

Sendo o seu Capital Social de 1.750.000,00 euros, está salvaguardada a proporcionalidade entre Capital Social e Capitais Próprios, exigida pelo **Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais**.

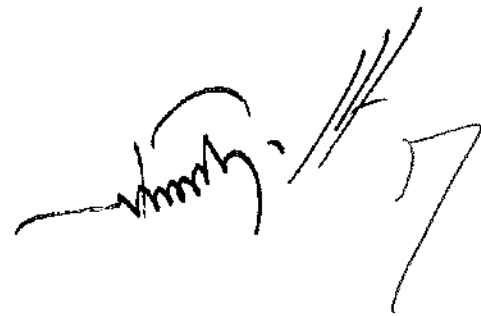
Em termos comparativos a **evolução “patrimonial verificada nos três últimos anos”**, tem sido a seguinte:

Balço em 31 de Dezembro

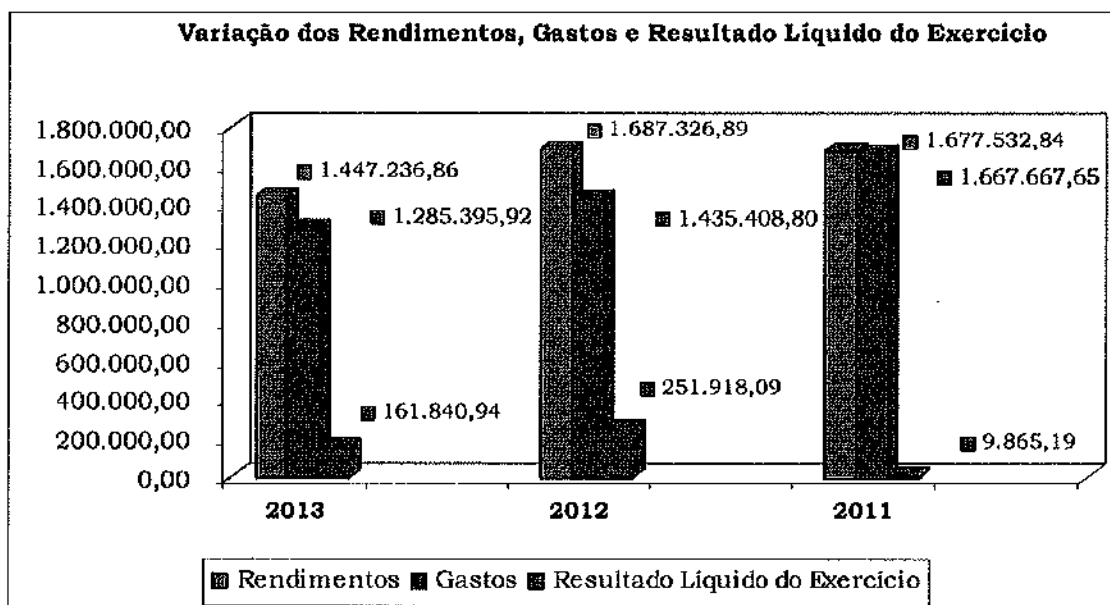
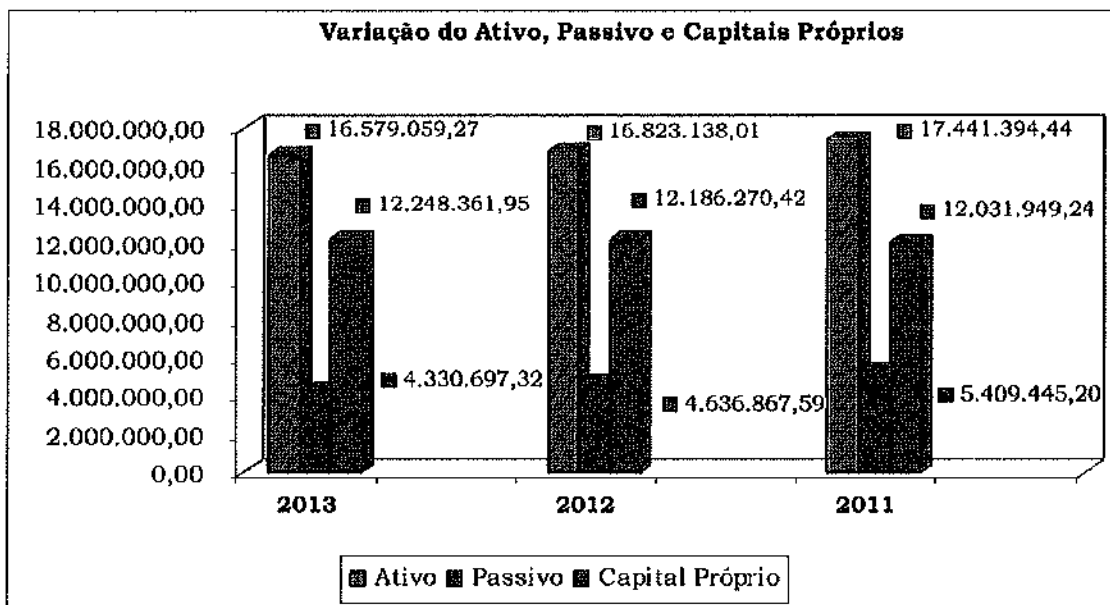
Rubricas	2013	2012	2011
Activo	16.579.059,27	16.823.138,01	17.441.394,44
Passivo	4.330.697,32	4.636.867,59	5.409.445,20
Capital Próprio	12.248.361,95	12.186.270,42	12.031.949,24

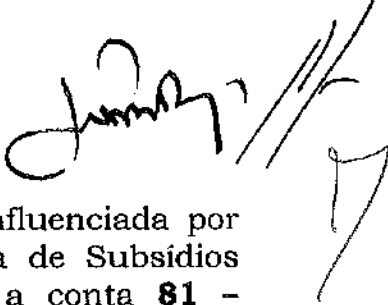
Demonstração dos Resultados por Naturezas

Rubricas	2013	2012	2011
Rendimentos	1.447.236,86	1.687.326,89	1.677.532,84
Gastos	1.285.395,92	1.435.408,80	1.667.667,65
Resultado Líquido do Período	161.840,94	251.918,09	9.865,19



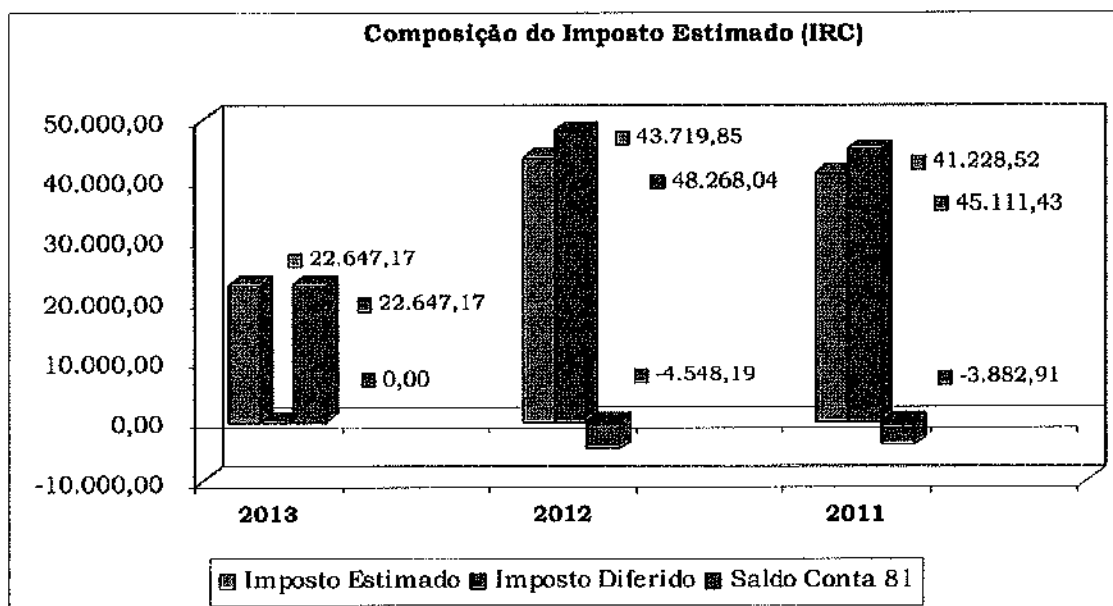
Graficamente, a evolução comparativa do **Balço e da Demonstração dos Resultados**, durante os **últimos três anos**, é a seguinte:





Considerando que a estimativa para IRC, está influenciada por **Impostos Diferidos** (como consequência da existência de Subsídios para Investimento, obtidos no âmbito do **SIVETUR**) a conta **81 - Resultado Líquido do Período**, tem a seguinte composição:

Composição do Imposto Estimado (IRC)			
IRC	2013	2012	2011
Imposto Estimado (Saldo devedor)	22.647,17	43.719,85	41.228,52
Imposto Diferido (Saldo credor)	0,00	-48.268,04	-45.111,43
Saldo Conta 81	22.647,17	-4.548,19	-3.882,91



As Demonstrações Financeiras da Empresa, cujo Resultado Líquido do Período de Janeiro a Dezembro de 2013, conforme já atrás referido, é positivo na quantia de 161.840,94 euros, estão influenciadas pelas seguintes operações relevantes:

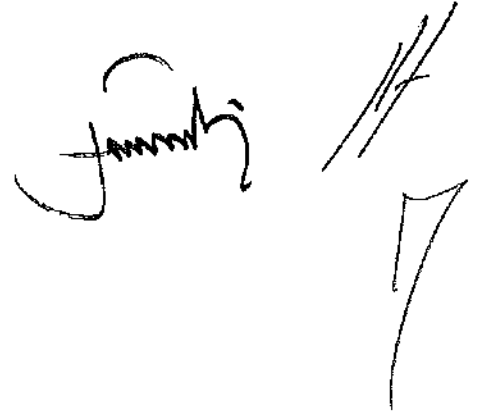


a) **Ajustamento da participação na Azores Parque, SA,** passando-a da quantia de **506.236.44 euros** para a quantia de **536.773.26 euros** (rubrica 41211).

b) Por força dos **resultados Líquidos do Período de Janeiro a Dezembro de 2013 da Azores Parque, SA,** positivos na quantia de **217.087.96 euros,** os Resultados do Período da empresa, foram influenciados positivamente com o registo a crédito da rubrica **7851 - Rendimentos e Ganhos em Associadas - Aplicação do método da equivalência patrimonial, na quantia de 68.382.71 euros;**

c) - Imputação a Rendimentos do exercício de 2013 na rubrica **7883 - Subsídios ao Investimento,** da quantia de **76.360.33 euros - Sivetur;**

d) Alteração de políticas contabilísticas da empresa, relativamente às quotas mínimas de depreciação, de Edifícios e Construções que, baixando de 5% para 2,5%, nos termos do **artigo 3.º n.ºs 1 e 2 do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro,** teve como consequência um decréscimo na rubrica **64 - Gastos de Depreciação e Amortização, na quantia de 221.673.88 euros.**



4. PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do Artigo 66º., do Código das Sociedades Comerciais, propomos que aos Resultados Líquidos do período de Janeiro a Dezembro de 2013, positivos na quantia de **161.840,94 euros**, seja dada a seguinte aplicação:

- a) Para **Reservas Legais**, a quantia de **100.000,00 euros**; e
- b) Para a conta **56 - Resultados Transitados**, o valor remanescente, na quantia de **61.840.94 euros**.

5. SECTOR EMPRESARIAL LOCAL

Tal como já foi referido no ano de 2012, constata-se que no actual contexto de grave crise económica e financeira, foram estabelecidas “novas” regras de funcionamento do sector empresarial local, algumas das quais previstas na Lei n.º 55/2011 de 15.11 que procede à terceira alteração à Lei n.º 53-F/2006, de 29.12, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial local, entretanto revogadas e substituídas pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.

A Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto que aprovou o novo Regime Jurídico da actividade empresarial local e das participações locais, revogando as Leis n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro e n.º 55/2011, de 15 de Novembro, veio, de forma inédita e surpreendente, no seu artigo 62.º com a epigrafe – **Dissolução das empresas locais** – acrescentar outras formas e causas de “dissolução”, referindo o seu número um, citamos, o seguinte:

Artigo 62.º

Dissolução das empresas locais

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (que não permite que os Capitais Próprios sejam inferiores a 50% do Capital Social), as empresas locais (como o **Coliseu Micaelense, E.M.,S.A.**) são obrigatoriamente **objecto de deliberação de dissolução** no prazo de seis meses, sempre que se verifique **uma das seguintes situações:**



a) As **vendas e prestações de serviços** realizados durante os últimos três anos não cobrem, **pelo menos, 50% dos gastos totais** dos respectivos exercícios;

b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos **subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas**;

c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do **resultado operacional subtraído do mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo**;

d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o **Resultado Líquido é Negativo**.

Avaliando a **evolução do Coliseu Micaelense, S.A.**, no âmbito do citado **artigo 62.º**, a mesma é a que consta do seguinte quadro:

PARAMETROS	2013	2012	2011	Art.º 62.º
Vendas e Prestação de Serviços (1)	449.054,64	728.724,16	598.954,36	
Gastos totais (2)	1.285.395,92	1.435.408,80	1.667.667,65	
Artigo 62.º n.º 1 alínea a) (1/2)	0,35	0,51	36%	50%
Subsídios à Exploração (3)	828.500,00	562.500,00	687.500,00	
Total dos Rendimentos (4)	1.447.236,86	1.687.326,89	1.677.532,84	
Artigo 62.º n.º 1 alínea b) (3/4)	0,57	0,33	41%	(-) 50%
Resultado Operacional (5)	308.774,60	376.658,44	102.206,83	
Depreciação (6)	295.600,71	518.518,92	741.746,24	
Artigo 62.º n.º 1 alínea c) (5+6)	604.375,31	895.177,36	843.952,07	Positivo
Resultado Líquido (Artigo 62.º n.º 1 alínea d))	161.840,94	251.918,09	9.865,19	Positivo

Durante o ano de 2013, foram adequados os Estatutos da sociedade, procedendo-se à indicação da sua natureza municipal, estando em curso a alienação das suas participações sociais, tudo em conformidade com a referida Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto e de acordo com o exigido no seus artigos 19.º n.º 1, 68.º n.º 4 e 70.º n.º 1.

Também no ano de 2013 foram **eleitos os novos Órgãos Sociais** em conformidade com a “reestruturação exigida” pelos Estatutos da Sociedade, para o **triénio 2013-2015**.


6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A todos os nossos colaboradores, clientes, fornecedores e Fiscal Único da nossa Empresa, expressamos os **nossos agradecimentos** por toda a colaboração dispensada ao longo do ano de 2013.

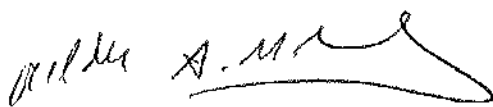
De acordo com o disposto no **Artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social**, a que se refere a **Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, pelo Decreto - Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro, pelas Leis n.ºs. 55-A/2010, de 31 de Dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro**, declara-se que esta Empresa não se encontrava em situação de dívida vencida perante a Segurança Social, em 31 de Dezembro de 2013.

Ponta Delgada, 18 de Fevereiro de 2014

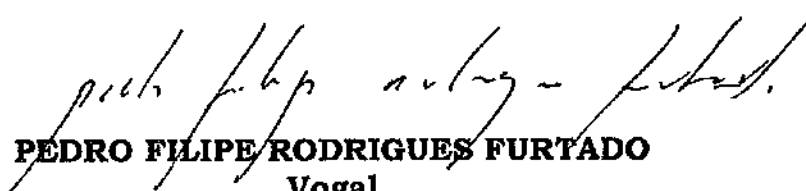
O Conselho de Administração



JOSÉ MANUEL ALMEIDA MEDEIROS
Presidente



HELDER ALBERTO MARTINS FIALHO
Vogal



PEDRO FILIPE RODRIGUES FURTADO
Vogal



COLISEU
MICAELENSE

Relatório de Atividades 2013

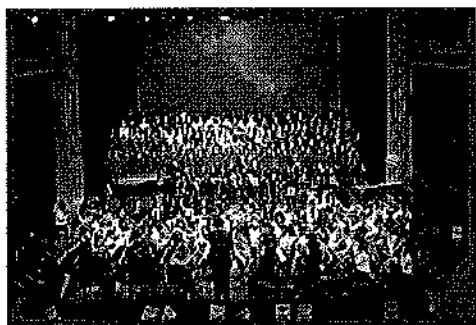
JANEIRO

01 janeiro | Baile de Reveillon



Após a tradicional celebração de passagem de ano nas Portas da Cidade, o Coliseu Micaelense abriu as portas para o Grande Baile de Reveillon. Um evento de gala que, anualmente, acolhe centenas de convivas movidos pela animação de qualidade, pelo ambiente ímpar e pelo convívio intergeracional.

06 janeiro | Concerto de Reis



O Conservatório Regional de Ponta Delgada e o Coliseu Micaelense apresentaram a 6 de janeiro o Concerto de Reis.

Este concerto inseriu-se no projeto nacional "Música e Solidariedade de mãos dadas".

À entrada do Coliseu Micaelense estava um recetáculo, onde os espetadores puderam entregar um artigo (comida, brinquedo, roupa) que, posteriormente, foi doado a instituições e famílias carenciadas.

10 janeiro | Gala Beneficência de Câmara Municipal de Ponta Delgada

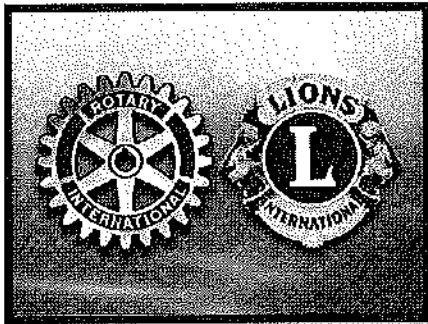


A Grande Gala de Beneficência 2013, um evento de solidariedade a favor de Instituições Particulares de Solidariedade Social, que consistiu num espetáculo social e cultural, substituindo a até agora habitual receção de ano novo do Município.

Foram contabilizados 4590 euros, durante a realização do espetáculo, em donativos que foram sendo colocados, em envelope fechado à entrada do Coliseu Micaelense.

O dinheiro foi partilhado por duas instituições de solidariedade social escolhidas, por sortelo, entre as 67 IPSS com registo no concelho de Ponta Delgada.

19 janeiro | 7.º Baile de Solidariedade



O Lions Clube de São Miguel e o Rotary Club de Ponta Delgada organizaram o 7.º Baile de Solidariedade.

As receitas reverteram a favor das campanhas de solidariedade desenvolvidas por ambas as instituições.

22 janeiro | Baile da APACDAA VIII



A Associação de Pais e amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores organizou o seu Baile de Carnaval no dia 22 de janeiro no Coliseu Micaelense.

25 janeiro | 25 Anos de Carreira de Arminda Alvernaz



No âmbito da comemoração dos 25 anos de carreira de Arminda Alvernaz, que teve início com o lançamento do CD no passado dia 22 de Dezembro de 2012 no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, realizou-se um espetáculo no Coliseu Micaelense, marcando o início a vários eventos alusivos a estas comemorações em 2013.

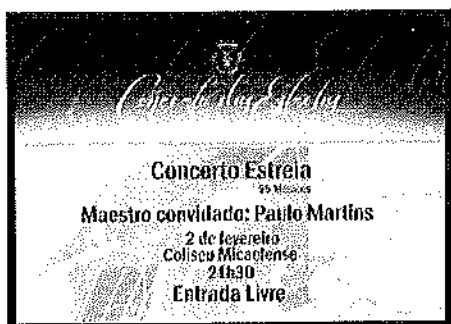
26 janeiro | Na Curva do Destino



A 26 de janeiro, o Coliseu Micaelense acolheu o lançamento do livro de Flor de Alvarado (nome literário) "Na Curva do Destino". O evento contou, igualmente, com a estreia do grupo musical "Voos D'Alma"

FEVEREIRO

02 fevereiro | Concerto das estrelas



O Coliseu Micaelense recebeu a estreia da Banda Sinfónica de São Miguel, a protagonista do Concerto das Estrelas que se realizou pela primeira vez em Ponta Delgada, com entrada gratuita.

08 e 11 fevereiro | Grandes Bailes de Carnaval



Os Bailes de Carnaval são um dos pontos altos da programação do Coliseu Micaelense, pela adesão que registam e, também pela tradição. Os Bailes Carnavalescos do Coliseu iniciaram-se em 1921. Volvidas nove décadas continuam a fazer parte da agenda cultural do Coliseu e dos açorianos e assumem-se, cada vez mais, como um cartaz turístico da cidade de Ponta Delgada e dos Açores.

MARÇO

08 e 09 março | XIV EL Açor



Coliseu Micaelense nos dias 8 e 9 de março foi invadido pelo espírito académico. Tratou-se da décima quarta edição do festival de tunas El Açor. A apresentação esteve a cargo dos Tunalhos.

O evento é um dos principais motivos de orgulho dos Tunídeos – Tuna Masculina da Universidade dos Açores. É com o mesmo espírito irreverente, desde o ano 2000, que organizaram este festival. Um sonho tornado realidade, e que já conta com catorze edições.

23 março | Concerto de Solidariedade Com a Orquestra de Jazz da Universidade de Brown



O concerto solidário foi dedicado ao jazz, com a atuação da banda de jazz da Universidade de Brown. As receitas reverteram a favor da Associação Aurora Social

O Jazz na Brown tem uma história tão antiga quanto o próprio estilo. A Brown Jazz Band é composta por saxofonistas, trompetes e trombones, e uma "seção rítmica" de piano, baixo e bateria.

ABRIL

06 abril | Concerto Orquestra Ligeira de Ponta Delgada - 467.º Aniversário da Cidade de Ponta Delgada



Inserido nas comemorações dos 467º aniversário da cidade de Ponta Delgada o coliseu Micaelense recebeu em concerto a Orquestra Ligeira de Ponta Delgada, com temas como Saint Luis Blues March, I've got you under my skin, In the mood, The lady is a tramp, Velho Pezinho, entre muitos outros

29 abril | Dia Internacional da Dança – Aulas de Dança Abertas



O Coliseu Micaelense comemorou a efeméride com a realização de quatro aulas de dança abertas ao público.

O evento visou assinalar a efeméride, mas também chamar a atenção para esta atividade, que pode ser entendida como uma arte e, quando praticada, é fundamental na promoção da saúde e bem-estar.

MAIO

03 maio | Festa do Emigrante



A Câmara Municipal de Ponta Delgada voltou a oferecer este ano aos muitos açorianos que se deslocam da Diáspora para assistir às Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres a já tradicional Festa do Emigrante.

Este ano a Festa do Emigrante levou ao palco da maior sala de espetáculos dos Açores teatro de revista, com a peça "Deollnda Guegué e os seus três divórcios – Tudo a três", da autoria do grupo Máquina do Tempo.

06 maio | Lançamento do CD "Literatura" da Banda Nossa Senhora da Luz



Na segunda-feira das Festas do Senhor santo Cristo dos Milagres o Coliseu Micaelense acolheu o lançamento do CD "Literatura" da Banda Nossa Senhora da Luz – Associação Musical.

O lançamento do primeiro trabalho discográfico da Banda Nossa Senhora da Luz – Associação Musical consistiu numa cerimónia de lançamento seguida de concerto. O Concerto foi a interpretação ao vivo das obras patentes no CD.

10 maio | Concerto Orquestra de Câmara de Ponta Delgada -96.º aniversário do Coliseu Micaelense



A Orquestra de Câmara de Ponta Delgada, associando-se ao Programa Cultural Municipal das Festas do senhor Santo Cristo e em dia do 96º Aniversário do Coliseu Micaelense, apresentou-se em concerto no dia 10 de maio, pelas 21h30, no Foyer do Coliseu Micaelense. Este concerto marcou, também, o início da organização das atividades da Orquestra de Câmara de Ponta Delgada por parte da Quadrivium - Associação Artística.

JUNHO

15 junho | A Bela e o monstro



O coro infanto-juvenil Edmundo Machado Oliveira apresentou a estória musicada "A Bela e o Monstro". Este espetáculo articulou várias vertentes: coro, representação cénica em formato videográfico, narração da estória; banda ao vivo, e conta, ainda, com a colaboração de alguns pais e avós que escreveram os textos para serem musicados por diferentes músicos do panorama musical micaelense.

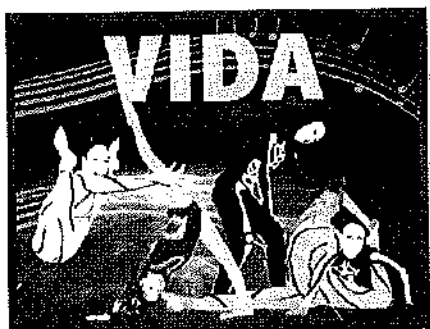
30 junho | Sónia e as Profissões



"Sónia e as Profissões" é o nome de uma das apostas musicais do Canal Panda e da Universal Music, um projeto que representou a estrela absoluta da apresentadora Sónia Araújo como cantora, atriz e ballarina. Ao longo de 12 músicas e vídeos originais, lúdicos e pedagógicos, indicados sobretudo para crianças em idade pré-escolar, Sónia Araújo, acompanhada de um elenco, recriou de forma divertida cada atividade profissional.

JULHO

04 julho | VIDA – Corpore Ginásio



"Vida" foi o tema escolhido pelo Corpore Ginásio para o espetáculo agendado para 4 de julho na maior casa de espetáculos dos Açores. Através de diferentes modalidades gímnicas e estilos de dança diferenciados foram retratadas diversas fases da vida, assim como os valores e os sentimentos inerentes a cada uma delas.

10 julho | Violas do Atlântico III



Um projeto da Associação de Juventude Viola da Terra, que contou com o apoio da Coliseu Micaelense.

Este ano, o projeto visou dar a conhecer os sons da Viola da Terra e da Viola Braguesa, partilhar experiências e conhecimentos, despertar o gosto pelas violas e apresentar o trabalho que tem sido desenvolvido em São Miguel em prol da valorização destes instrumentos.

21 julho | Fundação Brasileira – Livro e concerto



A Câmara Municipal de Ponta Delgada e o Coliseu Micaelense associaram-se às comemorações do 150.º aniversário da Banda Filarmónica Fundação Brasileira.

Assim o Coliseu Micaelense abriu as portas para o lançamento do mais recente trabalho literário de José de Almeida Mello. Intitula-se "Fundação Brasileira – Memórias com Sons Musicais" e conta a História desta banda que foi fundada em 1863.

Após o lançamento do livro, a banda filarmónica, sob a direção do Maestro Daniel Caceiro, apresentou o concerto "Fortuna Imperatrix Mundi Excerpt Carmina Burana", de Carl Orff.

27 julho | Lançamento Livro "Heróis à moda dos Açores"



Heróis à moda dos Açores é o novo livro da famosa coleção "Heróis à moda de...", coordenado por João Carlos Brito.

Com prefácio da Tia Maria do Nordeste, este livro pretende recordar momentos e personagens históricas da nossa região, bem como tradições, falares e lugares, através de muito humor.

A sessão contou com a atuação de Carlos Galvão e uma degustação de produtos regionais. Também houve sessão de autógrafos.

AGOSTO

03 agosto | Festa Branca 2013



Pelo oitavo ano consecutivo, o Coliseu Micaelense vestiu-se de branco para a tão aguardada Festa Branca.

A animação começou às 23h00 com animação em três ambientes distintos, para um vasto público, num espaço quase secular.

O branco foi a cor da noite.

SETEMBRO

11 setembro | Gala do Desporto



A Gala do Desporto de Ponta Delgada, realizada no Coliseu que foi um momento de reconhecimento público da excelência dos atletas, treinadores, dirigentes e clubes do concelho, mas foi, também, uma iniciativa de sensibilização ao incentivo do Desporto Adaptado, cada vez mais praticado no maior concelho açoriano.

OUTUBRO

24, 25 e 26 outubro | JUEVARTE



Este ano o Juvearte - Festival de teatro apresentou as peças *Gisberta*, numa produção da Yellow Star Company que conta com a atuação da atriz Rita Ribeiro, *Antes de Começar*, de Almada Negreiros, interpretada por Maria Miguel Cesar Lima e *O Medo que o General não Tinha*, do grupo Teatro da Palmilha Dentada

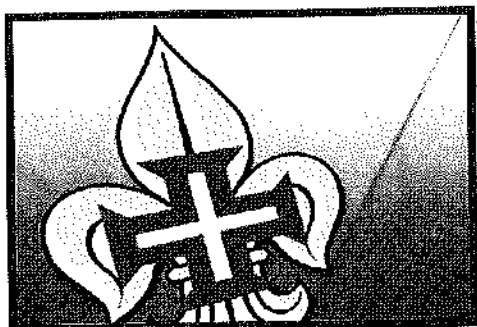
NOVEMBRO

09 novembro | IX Sharing the Music



A 9.ª edição do espetáculo Sharing the Music, com realização ininterrupta desde 2005, aconteceu, este ano de 2013, com a presença da Ala dos Namorados e com o seu ícone indissociável, Nuno Guerreiro

16 novembro | Baile Sempre Alerta



A 16 de novembro, o Coliseu Micaelense abriu as portas para um baile solidário, numa iniciativa do Núcleo de São Miguel do Corpo Nacional de Escutas que visou a angariação de fundos para a recuperação da Casa do Escuteiro. A animação esteve a cargo da Banda.Com

23 novembro | Insula – Festival de Tunas Feminino



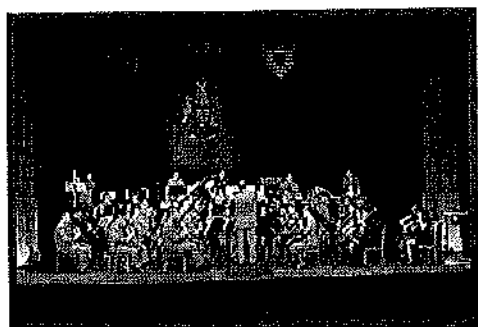
O palco do Coliseu Micaelense foi, uma vez mais, o escolhido para o evento que já vai na décima edição.

A concurso estiveram quatro tunas: Feminina, Legislatuna, Tafué e Tuna Maria.

A apresentação esteve a cargo dos Tunalhos, num evento abrilhantado pelas tunas convidadas Enfin'Tuna, pela TAUA e Tunídeos.

Este ano, o evento contou ainda com a participação especial do Orfeão Edmundo Machado Oliveira, da Orquestra Juvenil do Conservatório Regional de Ponta Delgada e de Rui Sousa.

29 novembro | Concerto Banda Militar dos Açores



Para assinalar o 177.º aniversário da Zona Militar dos Açores, o comando organizou um vasto conjunto de atividades de natureza militar, cultural e desportiva.

Destaque para o concerto pela Banda Militar dos Açores no Coliseu Micaelense a 29 de novembro com a colaboração da Associação Artística Quadrivium.

30 novembro | Xana Toc Toc ao vivo



Depois do sucesso do ano anterior, Xana Toc Toc deslocou-se a Ponta Delgada para a apresentação de um grande espetáculo a 30 de novembro

"Xana Toc Toc" apela à criatividade, desperta para a música e para a dança, incute valores e une famílias.

DEZEMBRO

10 dezembro | Concertos a 1€



Em mais uma edição do concerto em "Solidariedade com ...", cujos bilhetes custaram apenas 1 euro, as receitas reverteram a favor da Associação de Paralisia Cerebral de São Miguel.

No palco do Coliseu Micaelense estiveram o Coral de São José, que tem como diretor artístico Luís Carreiro, e a Orquestra Ligeira de Ponta Delgada, dirigida pelo Maestro José Matos, num concerto inteiramente composto por músicas alusivas ao Natal.

Este concerto fez parte de um vasto programa cultural e solidário que a autarquia está a promover para assinalar a presente época natalícia.

22 dezembro | Conto e musical de Natal "A Noite mais longa de Mariana"



A 3 dias do Natal, o Coliseu Micaelense apresentou o conto e musical "A Noite Mais Longa de Mariana".

Da autoria de Armando Moreira, o espetáculo destinou-se a miúdos e graúdos.

Durante sensivelmente 01h15 o espetador foi transportado numa viagem pelo mundo de Mariana e pelo espírito de Natal.

OUTROS EVENTOS REALIZADOS...

19 DE JANEIRO | Aniversário da Revista Saber

31 DE JANEIRO | Dia Aberto – Comemoração do 7º Aniversário de Reabertura do coliseu Micaelense

04 DE MARÇO | Apresentação Pública Projeto Campo de São Francisco

21 DE MARÇO | Peça de Teatro Juvenil APAV

02 DE ABRIL | Matiné de Teatro Popular – comemorações 467º aniversário da Cidade

20 A 27 DE ABRIL | XVI Semana Académica

18 DE MAIO | Gala – Concurso de Misses

26 DE MAIO | Festa do Espírito Santo – Casa do Triângulo

11 DE JUNHO | Lançamento Livro “Natalino Viveiros”

26 DE JUNHO | A Ilha da Fantasia – Produção dos alunos Finalistas Licenciatura Educação Básica da Universidade dos Açores

26 DE JULHO | Jantar Congresso de Malacologia

30 DE NOVEMBRO | Festa de Natal Vodafone Portugal

07 DE DEZEMBRO | Festa de Natal Colégio A Colmeia

14 DE DEZEMBRO | Festa de Natal Extrenato A Passarada

14 DE DEZEMBRO | Jantar comemorativo da 50ª Edição da Corrida de São Silvestre

15 DE DEZEMBRO | Festa de Natal CCR

18 DE DEZEMBRO | Festa de Natal da Rede de ATL's de Ponta Delgada

20 DE DEZEMBRO | Festa de Natal Jardim Escola João de Deus

21 DE DEZEMBRO | Festa de Natal Clube Desportivo Santa Clara Solidário

23 DE DEZEMBRO | 2ª Festa de Natal Acredite!



COLISEU
MICAELENSE

Projeto Externo

Relatório de Atividades 2013



Dia	Evento	Local / Entidade organizadora
2 de Janeiro	Apoio às atletas Beatriz e Maria João Dâmaso para provas de Badminton para a época 2012/2013	
2 de Janeiro	Apoio a Abel Carreiro para participação na época de Motocross 2013	
2 a 31 de Janeiro	Apoio à exposição de pintura de Margarida Andrade "O Biblioteca Municipal Ernesto do Canto Casulo"	O Biblioteca Municipal Ernesto do Canto
4 de Janeiro	Apoio ao Clube TT Trilhos Micaelenses nas actividades programadas para 2013	
5 de Janeiro	Apoio ao Clube Desportivo de Santa Clara para participação na Corrida dos Reis na Ilha do Pico	Centro Municipal de Cultura
4 a 31 de Janeiro	Inauguração da exposição de pintura "A Batalha da Ladeira da Velha" de Liliana Lopes	Coliseu Micaelense
10 de Janeiro	Grande Gala de Beneficência Espectáculo promovido pela Câmara Municipal de Ponta Delgada	Centro Cívico e Cultural de Santa Clara
11 de Janeiro	Apoio à festa de angariação de Fundos para projeto Escolar	
15 de Janeiro	Apoio à Equipa de Futsal "Companheiros Futebol Clube" da Junta de Freguesia de Livramento	Centro Municipal de Cultura
17 a 18 de Janeiro	Inauguração da exposição de pintura e desenho de José Bettencourt	Centro Municipal de Cultura
18 de Janeiro	Apoio à EPROSEC para a apresentação de trabalhos da Turma de Logística do Programa "Reativar"	Centro Municipal de Cultura

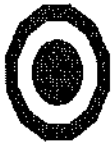
19 de janeiro	Apoio à Paróquia N ^a Sra dos Remédios para realização de jantar de Santo Antão	Fevereiro	
2 de Fevereiro	Apoio à Festa de angariação de fundos e intercâmbio do Grupo Coral de Santa Clara		Centro Cívico e Cultural de Santa Clara
4 de Fevereiro	Apoio ao Millennium bcp para reuniões de trabalho		Centro Municipal de Cultura
6 de Fevereiro	Apoio ao jantar de Carnaval da Comissão de Festas da Igreja Paroquial de São Roque		Freguesia de São Roque
7 a 21 de Fevereiro	Inauguração da exposição de pintura, mobiliário e iluminação de Ruy Silva "O Corpo não é coberto de pele, é (re) vestido de sentimentos!"		Centro Municipal de Cultura
8 de Fevereiro	Grande Corso de Carnaval		Centro Histórico de Ponta Delgada
9 de Fevereiro	Participação de escolas, Básicas e Integradas, ensino privado, Secundárias, Profissionais e IPSS do Concelho de Ponta Delgada		Centro Cívico e Cultural de Santa Clara
15 de Fevereiro	Apoio ao jantar de estudantes da Escola Antero Quental		Centro Cívico e Cultural de Santa Clara
15 de Fevereiro	Apoio à divulgação da peça musical "Hino ao Cosmos" de Horácio Medeiros		
19 a 21 de Fevereiro	Apoio às III Jornadas de Relações Públicas e Comunicação Política do Núcleo de Estudantes de Relações Públicas e Comunicação		Universidade dos Açores
23 de Fevereiro	Apoio ao jantar comemorativo do 15 ^o Aniversário da Casa de Futebol da Casa do Porto de São Miguel		Casa do Futebol do Clube do Porto de São Miguel

23 de Fevereiro	Apoio ao jantar de angariação de fundos	Clube de Patinagem da Vila de Capelas
Março		
6 a 18 Março	Inauguração da exposição de fotografia de António Luís Campos	Centro Municipal de Cultura
7 de Março	Exposição Caminhos da Sustentabilidade Projeto Cidadania e sustentabilidade para o séc. XXI Caminhos para uma comunidade sustentável nos Açores	Centro de Estudos Natália Correia
8 de Março	Apoio ao aniversário do Partido Comunista Português	Centro Cultural e Cívico de Santa Clara
8 de Março	Apoio à Solenidade de São João de Deus	Casa de Saúde de São Miguel
8 e 9 de Março	Apoio ao XIV Festival El Açor	Tunídeos da Universidade dos Açores
10 de Março	Apoio à II Dupla Léguas de Ponta Delgada Portas da Cidade/ Baixa Citadina	Núcleo Sportinguista de São Miguel
12 de Março	Apoio à atleta Beatriz Resendes para participação das provas nacionais de atletismo	
14 de Março	Inauguração da exposição de pintura de Fátima Galama	Centro Municipal de Cultura
15 de Março	Conferência de Imprensa "VII Torneio Infantil" do Clube União Micaelense	Centro Municipal de Cultura
16 de Março	Apoio ao III Concurso de Omeletes	ARRISCA
19 de Março	Apoio à Romaria Quaresmal	Casa de Saúde de São Miguel
20 a 24 de Março	Apoio ao PlayNesti- Campo Party 2013	Universidade dos Açores
23 de Março	Apoio ao jantar de angariação de Fundos do CNE da Fajã de Baixo	
23 de Março	Apoio à Banda União das Capelas para jantar de angariação	

24 a 29 de Março	de fundos Apio à Semana Santa da Comunidade Paroquial de São Igreja da Matriz Sebastião	Centro Municipal de Cultura
27 de Março	Apio ao lançamento do livro em homenagem aos impulsionadores do teatro popular na Fajã de Baixo	Junta de Freguesia de Fajã de Baixo
29 a 30 de Março	Apio ao Torneio de Futebol Infantil Abril	Clube União Micaelense
2 de Abril	Inauguração da exposição de pintura de Victor Meireles	Centro Municipal de Cultura
12 de Abril	Apio à reunião do PCP	Centro Municipal de Cultura
19 de Abril	Apio ao jantar de angariação de fundos	Associação Guias de Portugal Da Fajã de Cima
19 de Abril	Apio à Homenagem a cidadãos Fenienses	Centro Social e Cultural de Fenais da Luz
25 de Abril	Apio ao Dia Saudável	Junta de Freguesia de Livramento
26 de Abril	Apio ao Hospital da Bonecada	Gabinete de Apoio à Pediatria
27 de Abril	Apio ao jantar de angariação de fundos para pessoas carienciaadas	Salão da Casa de Povo de Capelas Núcleo Paroquial de Caritas
25 a 27 de Abril	Apio ao SATA Rallye Açores 2013 ERC	Grupo Desportivo Comercial
29 de Abril	Apio à Banda Nossa Senhora da Luz para lançamento de CD	Banda Nossa Senhora da Luz
30 de Abril	Apio à Conferência de Imprensa da Taça de Ciclismo Maio	Centro Municipal de Cultura
2 de Maio	Apio a Só Festas para Festividades do Senhor Santo Cristo	
2 de Maio	Inauguração da Exposição de fotografia da AFAA	Centro Municipal de Cultura



centro
municipal
de cultura
de ponta delgada



COLISEU
MICAELENSE

Projeto Externo

3 de Maio	"Fes tividade 12" Apio à conferência de Imprensa pela Imandade do Sr. Santo Cristo para apresentação da Capa do Sr. Santo Cristo	Centro Municipal de Cultura
3 a 7 de Maio	Apio ao Império da Praia dos Santos	Junta de Freguesia de São Roque
10 de Maio	Apio ao lançamento do livro " Histórias Proibidas" de José António Pinho	Centro de Estudos de Natália Correia
11 a 20 de Maio	Apio ao Império da Festa	Junta de Freguesia de Feteiras
12 de Maio	Apio às Sopas do Espírito Santo à moda das Flores	Associação Amigos da Ilha das Flores
14 de Maio	Apio à Associação Craca - Ateneu Criativo	Junta de Freguesia Pilar da Bretanha
14 de Maio	Apio ao Império de Pentecostes	Junta de Freguesia de Relva
15 a 20 de Maio	Apio ao Império da Festa	Centro Municipal de Cultura
16 de Maio	Inauguração da exposição de Fotografia de Luís Nóbrega	Paróquia de São Vicente Ferreira
18 de Maio	Apio ao jantar de angariação de fundos	Junta de Freguesia São José
18 a 19 de Maio	Apio ao Império da Rua Vila Nova	Junta de Freguesia São Pedro
18 de Maio	Apio ao Império da Levada	Junta de Freguesia São José
19 a 20 de Maio	Apio ao Império da Festa	Junta de Freguesia do Livramento
19 de Maio	Apio ao Coroação do Império da Festa	Junta de Freguesia São José
20 de Maio	Apio ao Império da Rua de Alegria	Junta de Freguesia de Covoada
20 de Maio	Apio ao Domingo do Espírito Santo	Centro Municipal de Cultura
22 de Maio	Apio ao PCP	Junta de Freguesia de Santa Clara
22 a 27 de Maio	Apio ao Império da Trindade	Junta de Freguesia de Fenaís da Luz
23 a 27 de Maio	Apio ao Império da Santíssima Trindade	Junta de Freguesia de Feteiras
20 a 27 de Maio	Apio ao Império da Santíssima Trindade	Junta de Freguesia Pilar da Bretanha
22 de Maio		

Coliseu Micaelense | Projeto Externo

Contribuinte: 512059420

Largo Mártires da Pátria, 17 | 9500 - 090 Ponta Delgada.

Telefone: 296 306 510 | Fax: 296 306 515 | E-mail: anim@mpdelgada.pt

www.amiacultura.pt | www.omepedi.pt



centro
municipal
de cultura
de ponta delgada

Projeto Externo



COLISEU
MICAELENSE

24 de Maio	Apoio à Marcha do Coração	Escola Básica e Integrada Canto da Maia
30 de Maio	Conferência sobre a saúde com Dr. Rui César Liga contra o Cancro	Centro Municipal de Cultura
31 de Maio	Comemorações do Dia Mundial da Criança Insuficiáveis Ateliers da P.S.P, rede de att's e ludoteca itinerante da Câmara, Polícia Municipal, Departamento de Matemática da Universidade dos Açores, Ordem dos Enfermeiros, Canil Municipal, Cruz Vermelha, Colégio do Castanheiro, Grupo de Amigos da Pediatria do Hospital Espírito Santo, Clínica Dentária de São Gonçalo, Unileite, Geo Parque Açores e Inforcabe Patrocínio da Repraçores, A Quinta dos Açores e OLÁ Distribuição de gelados e sumos das referidas marcas Apoio da Finançaçor com a presença da Porki, Vaki, Moa e Gex – Super Heróis dos Açores , com distribuição de jogos	Centro Histórico de Ponta Delgada
1 de junho	Ponta Delgada com Vida	Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada
1 de junho	Apoio ao Dia da Criança com a actuação do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Livramento	Casa do Povo de Livramento
2 de junho	Apoio à Solenidade do Santíssimo Corpo e Sangue de Cristo	Comunidade Paroquial de São Sebastião
3 de junho	Apoio à Festa do Dia Mundial da Criança	Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Livramento

Junho

Coliseu Micaelense | Projeto Externo

Contribuição: 512059420

Largo Mártires da Pátria, 17 | 9500 – 090 Ponta Delgada

Telefone: 296 306 510 | Fax: 296 306 515 | E-mail: anima@mpdelgda.pt

www.animacultura.pt | www.emcpdp.pt

Projeto Externo

6 de Junho	Exposição de Arquitectura da Universidade dos Açores	Centro Municipal de Cultura Universidade dos Açores
8 de Junho	Apoio à festa do encerramento da época Grupo Desportivo de São Roque	
11 a 14 de Junho	Apoio à EPROSEC para apresentação de Pap's – Secretariado	Centro Municipal de Cultura
12 de Junho	Inauguração da exposição de pintura de José Bettencourt	Centro de Estudos de Natália Correia
14 a 24 de Junho	Apoio ao Império dos Inocentes do Farropo	Junta de Fenais da Luz
15 de Junho	Apoio ao Campeonato de São Miguel de Patinagem Artística	CDERI
15 de Junho	Apoio ao jantar de angariação de fundos	Grupo Escoteiros da Fajã de Cima
15 de Junho	Apoio à prova de Orientação do RG2	Parque Urbano de Ponta Delgada
16 de Junho	Apoio ao Império de São José	Junta Freguesia de São José
19 de Junho	Apoio ao evento " Conversas à Viola " Com Elas"	Centro de Estudos Natália Correia
22 de Junho	Apoio à Festa do Espírito Santo	Casa de Saúde de S. Miguel
22 de Junho	Apoio à Tradicional Festa de São João da Atafona	Casa do Povo de São Vicente Ferreira
23 de junho	Apoio ao Império dos Inocentes	Irmandade do Império dos Inocentes Fenais da Luz
27 de junho	Apoio ao Dia do Guarda Prisional	Sindicato Nacional do corpo da Guarda Prisional
26 a 30 de Junho	Apoio às Festas De São Pedro (Relvão)	Junta de Freguesia de São Pedro
27 de Junho	Apoio ao Império de São Pedro Praia dos Santos	Freguesia de São Roque
29 de Junho	Apoio ao Churrasco de São Pedro	Junta de Freguesia de Feteiras
30 de Junho	Apoio ao almoço comemorativo das bodas de prata sacerdotais	Paróquia de São Vicente Ferreira



centro
municipal
de cultura
de ponta delgada

Projeto Externo



COLISEU
MICAELENSE

30 de Junho	Apoio ao Império de São Pedro	Junta de Freguesia de Livramento
3 de Julho	Noites de Verão Actuação dos "Bora Lá Tocar"	Centro Histórico
4 a 9 de Julho	Apoio à Festa do Bom Jesus dos Aflitos	Junta de Freguesia de Ferais da Luz
5 de Julho	Noites de Verão Actuação de "Helena Oliveira"	Centro histórico
6 de Julho	Noites de Verão Animação infantil com insufláveis	Largo da Matriz
8 de Julho	Apoio ao evento " Encontro temático sobre igualdade do género" da ACEESA	Centro de Estudos Natália Correia
10 de Julho	Entrega de Protocolos do Desporto	Centro Municipal de Cultura
11 de julho	Apoio à conferência "Epidemiologia e Prevenção da doença Enológica" da Liga Portuguesa Contra o Cancro	Centro Municipal de Cultura
11 de julho	Grandes Festas do Espírito Santo em Ponta Delgada Conferência Inaugural "O Espírito Santo na Tradição Popular" profenda pelo Professor Catedrático Jubilado António Barbosa de Melo	Igreja Matriz de São Sebastião
12 de julho	Concerto Schubert Sinfonia Incompleta pela Sinfonieta de Ponta Delgada Desfile da Charanga dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada	Igreja Matriz de São Sebastião Centro Histórico
	Mudança da Bandeira do Divino Espírito Santo	Saída do Centro Municipal de Cultura

Coliseu Micaelense | Projeto Externo

Contribuinte: 512059420

Largo Mártires da Pátria, 17 | 9500 - 090 Ponta Delgada.

Telefone: 296 306 510 | Fax: 296 306 515 | E-mail: animaa@mpcd.igada.pt

www.animaaecultura.pt | www.cmpcd.pt



Actuação da Banda Coro Minerva dos Ginetes	para os Paços do Concelho
Abertura do Quarto do Espírito Santo	Salão Nobre dos Paços do Concelho
Inauguração de Exposição "Os Dons e os Símbolos do Divino Espírito Santo"	Hall do Salão Nobre dos Paços do Concelho
Concurso de Massa Sovada Júri convidado - Confraria dos Gastrónomos dos Açores	Edifício dos Paços do Concelho
Bênção da Despensa do Espírito Santo	Praça Gonçalo Velho
Abertura do Mercado de Artesanato dos Centros de Convívio de Idosos de Ponta Delgada	Praça do Município
Abertura das Tasquinhas de Solidariedade Social	Igreja da Matriz
Actuação do Grupo Infantil de Folias da Covoada	Praça do Município
Actuação do Grupo de Cantares Belaurora	Praça do Município
Actuação das Folias do Espírito Santo	Praça do Município
Concerto da Banda Minerva	Portas da Cidade
Distribuição das pensões por Instituições Particulares de Solidariedade Social	

13 de Julho

Coliseu Micaelense | Projeto Externo

Contribuinte: 512059420

Largo Mártires da Pátria, 17 | 9500 - 090 Ponta Delgada

Telefone: 296 306 510 | Fax: 296 306 515 | E-mail: anima@cmpe.pt

www.animacultura.pt | www.cmepd.pt



Partilha popular das Sopas do Espírito Santo	Avenida Roberto Ivens/Campo de São Francisco
Desfile da escola de percussão "Bora Lá Tocar"	Avenida Infante D. Henrique
Cortejo Etnográfico das 24 Freguesias do Concelho	Avenida Infante D. Henrique
Actuação do Grupo Folclórico Ilha Verde, Grupo Folclórico de Santa Cecília e Cantigas ao Desafio	Coreto das Portas da Cidade
Atuação do Grupo de Cantares de Outora	Praça do Município
Atuação da Escola de Violas da Relva	Portas da Cidade
Atuação do Grupo de Cantares de São Vicente Ferreira	Praça do Município
Missa da Coroação Presidida pelo Bispo de Angra e ilhas dos Açores e animada pelo Coral de São Pedro	Largo da Matriz
Bodo de Leite	Portas da Cidade
Grande Coroação dos Impérios do Concelho	Campo de S. Francisco, Rua Luís Soares de Sousa, Rua Açoriano Oriental, Largo da Matriz, Rua dos Mercadores, Rua Ernesto do Canto,

14 de julho



centro
municipal
de cultura
de ponta delgada.



COLISEU
MICAELENSE

Projeto Externo

15 de Julho	Concerto da Banda Filarmónica Municipal Associação Tradições – Artes Performativas Concerto da Banda da Zona Militar dos Açores Atuação da Tia Maria do Nordeste Concerto da Orquestra Ligeira de Ponta Delgada Comemorações do Dia Municipal do Imigrante e do Diálogo Intercultural “ O contributo dos emigrantes no desenvolvimento do concelho de Ponta Delgada ” Apio à conferência de Imprensa de Voleibol de Praia Exposição de teatro Popular da Fajã de Baixo Noites de Verão Actuação dos “Imaginarium” Apio ao Curso de Verão da Universidade dos Açores	Rua da Fonte, Avenida Infante D. Henrique e Campo de S. Francisco Coreto das Portas da Cidade Praça de Município e Portas da Cidade Portas da Cidade Praça do Município Praça do Município Centro de Estudos Natália Correia Centro Municipal de Cultura Centro de Estudos Natália Correia Centro Histórico Centro Municipal de Cultura Praça do Município
16 de julho	Noites de Verão	Largo da Matriz
16 de Julho	Actuação dos “Lado Lunar”	Praça do Município
17 de julho	Noites de Verão	
17 de julho	Animação Infantil com insufláveis Actuação “The Professor ”	

Coliseu Micaelense | Projeto Externo

Contribuinte: 512059420

Largo Mártires da Pátria, 17 | 9500 – 090 Ponta Delgada
Telefone: 296 306 510 | Fax: 296 306 515 | E-mail: animai@mpdelgada.pt
www.animacultura.pt | www.cmcpd.pt

21 de julho	Apoio à recepção de Boas Vindas aos participantes do Congresso Mundial de Malacologia	Centro Municipal de Cultura
22 a 26 de Julho	Apoio ao evento "Uma semana Diferente" do Clube DARCA e Associação Arcádia	
24 a 31 de julho	Apoio ao aniversário da Banda Fundação Brasileira	
24 de Julho	Noites de Verão Actuação "Urro dos Marés"	Praça do Município
24 de julho	Apoio à Conferência de Imprensa "Mexe-te na Avenida"	Centro Municipal de Cultura
26 a 28 de julho	Mercado Gourmet	Portas da Cidade Praça do Município
26 de Julho	Noites de Verão Actuação do "Mar à Vista"	
27 de Julho	Noites de Verão Animação Infantil com insufláveis Actuação dos "Com-Fusão Brass Band" Actuação Olavo Lopes e Raúl Damásio	Largo da Matriz Centro Histórico Praça do Município
28 de Julho	Noites de Verão Actuação do "Coral de Santa Catarina" do Faial	Praça do Município
31 de Julho	Noites de Verão Animação itinerante com parada de fogo	Centro Histórico de Ponta Delgada

Agosto

Coliseu Micaelense | Projeto Externo

Contribuinte: 512059420

Largo Mártires da Pátria, 17 | 9500 - 090 Ponta Delgada
Telefone: 296 306 510 | Fax: 296 306 515 | E-mail: anuna@cmpepd.gda.pt
www.anunacultura.pt | www.cmepd.pt



centro
municipal
de cultura
de ponta delgada



COLISEU
MICAELENSE

Projeto Externo

2 de Agosto	Noites de Verão Actuação de Álvaro Pimentel	Praça do Município
2 de Agosto	Apoio á Gravação do Programa "Terra a Terra"	Centro Municipal de Cultura
3 de Agosto	Noites de Verão Animação Infantil com Insufláveis Actuação de Brass-ado Band Actuação do Grupo Folclórico da Fajã de Baixo	Lado Norte da Matriz Praça do Município
7 de Agosto	Noites de Verão Teatro de Rua com os Bóra Lá Tocar e Gigantones	Ruas do Centro Histórico
7 a 28 de Agosto	Apoio às reuniões APAV	Centro de Estudos Natália Correia
9 de Agosto	Noites de Verão Actuação do Fadista Paulo Linhares e Arminda Alvermaz	Praça do Município
9 de Agosto	Apoio ao Festival da Macarronésia	Junta de Freguesia de Fajã de Baixo
10 de Agosto	Noites de Verão Animação Infantil com Insufláveis Actuação Banda Royal	Lado Norte da Matriz Praça do Município
14 de Agosto	Noites de Verão Animação itinerante "Urro das Marés" The Bridge Under Water	Ruas do Centro Histórico Praça do Município
15 de Agosto	Noites de Verão Actuação Undercover	Praça do Município

Coliseu Micaelense | Projeto Externo

Contribuinte: 512659420

Largo Mártires da Pátria, 17 | 9800 - 090 Ponta Delgada

Telefone: 296 306 510 | Fax: 296 306 515 | E-mail: anim@mpdelgada.pt

www.animacultura.pt | www.cmcpd.pt

15 de Agosto	Apoio à Confraternização de Paroquianos	Paróquia de Fenais da Luz
16 de Agosto	Protocolo de inauguração de 6 toponímicas na Fajã de Baixo	Centro de Estudos Natália Correia
16 de Agosto	Noites de Verão Actuação Self Assistance	Praça do Município
17 de Agosto	Noites de Verão Animação itinerante Brass-ado Band Animação infantil com insufláveis	Ruas do Centro Histórico
20 a 25 de Agosto	Apoio à Semana Cultural da Casa do Povo de Mosteiros	Casa do Povo de Mosteiros
20 a 27 de Agosto	Apoio às Festas em Honra da Nossa Senhora de Oliveira	Junta de Freguesia de Fajã de Cima
21 de Agosto	Noites de Verão Animação itinerante com Parada de Fogo Actuação do Grupo de Fermentões Guimarães	Ruas do Centro Histórico Praça do Município
23 de Agosto	Noites de Verão XXII Festival Folclore do Grupo Ilha Verde	Praça do Município
24 de Agosto	Noites de Verão Animação Infantil com insufláveis Concerto do grupo "Cantares D'Outora"	Largo da Matriz Praça do Município
28 de Agosto	Noites de Verão Teatro de Rua "Integridade"	Ruas do Centro Histórico Praça do Município
29 de Agosto	Noites de Verão Concerto do Rancho Folclórico e Etnográfico do Vale dos Açores de Mortágua	

30 de Agosto	Noites de Verão Concerto da Banda Nossa Senhora da Luz dos Fenais da Luz	Praça do Município
31 de Agosto	Noites de Verão Animação Infantil com insufláveis Animação Itinerante com os "Sax N'Fun" Setembro	Largo da Matriz Ruas do Centro Histórico
2 de Setembro	Apoio à conferência de Imprensa da Gala do Desporto	Centro Municipal de Cultura
2 de Setembro	Apoio ao XV Festival de Sopas	Casa de Saúde de São Miguel
8 a 10 de Setembro	Apoio à Festa da Padroeira da Nossa Senhora da Luz	Junta de Freguesia da Luz
10 de Setembro	Entrega de Diplomas de reconhecimento Municipal Aos promotores da Viola da Terra	Centro Municipal de Cultura
10 de Setembro	Apoio à Semana Cultural e Festas da Paróquia da Nossa Senhora da Luz	Comissão de Festas da Nossa Senhora da Luz
12 de Setembro	Inauguração da exposição colectiva de pintura da Ugolina Ferreira	Centro Municipal de Cultura
13 de Setembro	Apoio ao almoço de idosos do concelho de Ponta Delgada	Ação Social da Câmara Municipal de Ponta Delgada

14 de Setembro	Apoio à festa do Fim de Verão dos ATL'S	Ação Social da Câmara Municipal de Ponta Delgada
16 de Setembro	Apoio à abertura do ano lectivo	Escola EB1/ JI Santo António
19 de Setembro	Apoio ao XIII Festival de Capoeira de São Miguel	
20 de Setembro	Apoio ao lançamento do livro "O julgamento de Hipócrates" de José Eduardo Carvalho	Centro Municipal de Cultura
20 a 23 de Setembro	Apoio à Festa da Banda Lira de Sete Cidades	Freguesia de Sete Cidades
23 a 27 de Setembro	Apoio à formação da ACEESA	Centro de Estudos Natália Correia
23 de Setembro	Apoio ao Workshop de Pintura de azulejos	Centro de Estudo de Natália Correia
25 de Setembro	Apoio à recepção aos participantes no Congresso Compositores 2013	Centro Municipal de Cultura
26 de Setembro	Inauguração da exposição de pintura de Carolina Furtado Ser_ S/ Título	Centro Municipal de Cultura
27 de Setembro	Apoio ao lançamento de Livro de Patrícia Carreiro	Ateneu Criativo

Outubro

3 de Outubro	Inauguração da exposição de pintura e Desenho de Yves Decoster	Centro Municipal de Cultura
5 de Outubro	Emissão em direto do programa "Atlântida"	Centro de Estudos Natália Correia
3 de Outubro	Apoio ao jantar de angariação de fundos	Grupo Desportivo de São Roque
5 de Outubro	Apoio ao jantar convívio de Estudantes e Engenharia	Engenharia de mecânica da Universidade dos Açores
19 de Outubro	Apoio ao jantar de angariação de fundos	Núcleo Paroquial de Cáritas (Capelas)
24 de Outubro	Inauguração da exposição de Maxim Pavlov com colagem de folhas de Eucalipto	Centro Municipal de Cultura
26 de Outubro	Apoio à Concentração Motard	Clube Motard de São Miguel
31 de Outubro	Inauguração da exposição de pintura de Egidio Melim	Centro de Estudos de Natália Correia
31 de Outubro	Visita guiada ao Centro de Estudos Natália Correia No âmbito da IX edição do programa "Saudades dos Açores"	
	Novembro	
7 de Novembro	Inauguração da exposição de pintura de Bernd Killian	Centro Municipal de Cultura
8 de Novembro	Lançamento do livro "55 Estrad(e)ando" de Amélia Lopes	Centro Municipal
9 de Novembro	Apoio ao jantar de Escoteiros da Covoada	Junta de Freguesia de Covoada
9 de Novembro	Apoio ao jantar de São Martinho	Junta de Freguesia de Feteiras

11 de Novembro	Apoio às V Olimpíadas de Idosos Activos	Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal
15 de Novembro	Apoio ao Corta Mato Escolar da Escola EBI Roberto Ivens	
16 e 24 de Novembro	Apoio ao jantar de angariação de fundos	Grupo Desportivo de São Roque
16 de Novembro	Apoio a festa de angariação de fundos	Centro Paroquial de Bem Estar Social de São José
16 de Novembro	Apoio á festa de São Martinho	Associação de Surdos da Ilha de São Miguel
17 de Novembro	Apoio ao concerto de música sacra	Associação Musical Johann Sebastian Bach
21 de Novembro	Inauguração da exposição de pintura "Scrimshaw" de Ricardo Machado	Centro Municipal de Cultura
28 de Novembro	Inauguração da Exposição de estanho de Deolinda Soares	Centro Municipal de Cultura
29 de Novembro	Apoio ao Festival " O Mundo Aqui"	AIPA
Dezembro		
1 de Dezembro	Apoio ao colóquio " A importância da juventude nas nossas filarmónicas"	Centro Paroquial de Fenais da Luz

4 de Dezembro	Exposição de "Presépios do Mundo" colecção de Mário e Centro de Estudos Natália Correia Estrela Neves	Centro de Estudos Natália Correia
7 de Dezembro	Apoio ao jantar de confraternização	Paróquia Nossa Sr. ^a da Luz – Fenais da Luz
7 de Dezembro	Apoio á exposição de trabalhos manuais e técnicas aplicadas	Centro de Estudos Natália Correia
14 e 15 de Dezembro	Apoio ao Jantar comemorativo dos 134 anos	Banda União dos Amigos
7 de Dezembro	Apoio ao concerto " Clássicos de Natal"	Coral de São José
11 de Dezembro	Apoio ao debate " Calheta Pêro de Teive, Passado, Presente Craca e Futuro"	
13 de Dezembro	Apoio ao lançamento do livro de Zeca Soares " Mensagens do meu Eu Interior"	Centro Municipal de Cultura
14 de Dezembro	Apoio à festa de natal da PSP – Açores	
14 de Dezembro	Conferência " A linguagem decorativa na Arquitectura de Ponta Delgada" (reagendado)	Centro Municipal de Cultura
15 de Dezembro	Apoio ao jantar de natal	Grupo Desportivo de São Roque
15 de Dezembro	Apoio ao CCR para convívio de Natal	
18 de Dezembro	Duetos de Natal Actuação de André Jorge e Luís H. Bettencourt	Centro Municipal de Cultura

19 de Dezembro	Duetos de Natal Actuação com Emanuel Bettencourt e Dino Oliveira	Centro Municipal de Cultura
20 de Dezembro	Duetos de Natal Actuação de Alexandra e Emanuel	Centro Municipal de Cultura
21 de Dezembro	Apoio á festa de natal da Filarmónica Minerva dos Ginetes"	
21 de Dezembro	Apoio ao jantar de natal do Clube União Micaelense	Centro Cívico de Santa Clara
28 de Dezembro	Conferencia -- "Memórias de Ponta Delgada" Conferencista: Dr. José de Almeida Mello	Centro Municipal de Cultura

Apoios e realizações na área da Cultura

Exposições

Exposições de Arte no C.M.C. – 12

Pintura – 7

Pintura e Escultura - 2

Fotografia – 1

Temática - 2

Lançamento de livros /reuniões / conferências - 23

Apoio aos Impérios das Freguesias – 20

Apoio às freguesias – 27

Apoio às escolas - 9

Apoio às Festas Populares – 4

Dias Comemorativos – 1

Festivais – 3

Eventos realizados e ou apoiados no Centro de Estudos Natália Correia - 14

Actuações Musicais Noites de Verão

Animação Itinerante – 13

Actuações Musicais – 28

Animação Infantil – 17

Teatro de Rua – 5

Teatro Popular - 2

Apoios diversos na cultura – 55

Eventos de Relevância na área de Cultura e Juventude - 5

Curso de Carnaval

Batalha das Limas

Dia da Criança

Grandes Festas do Espírito Santo em Ponta Delgada

Duetos de Natal no Centro Municipal de Cultura

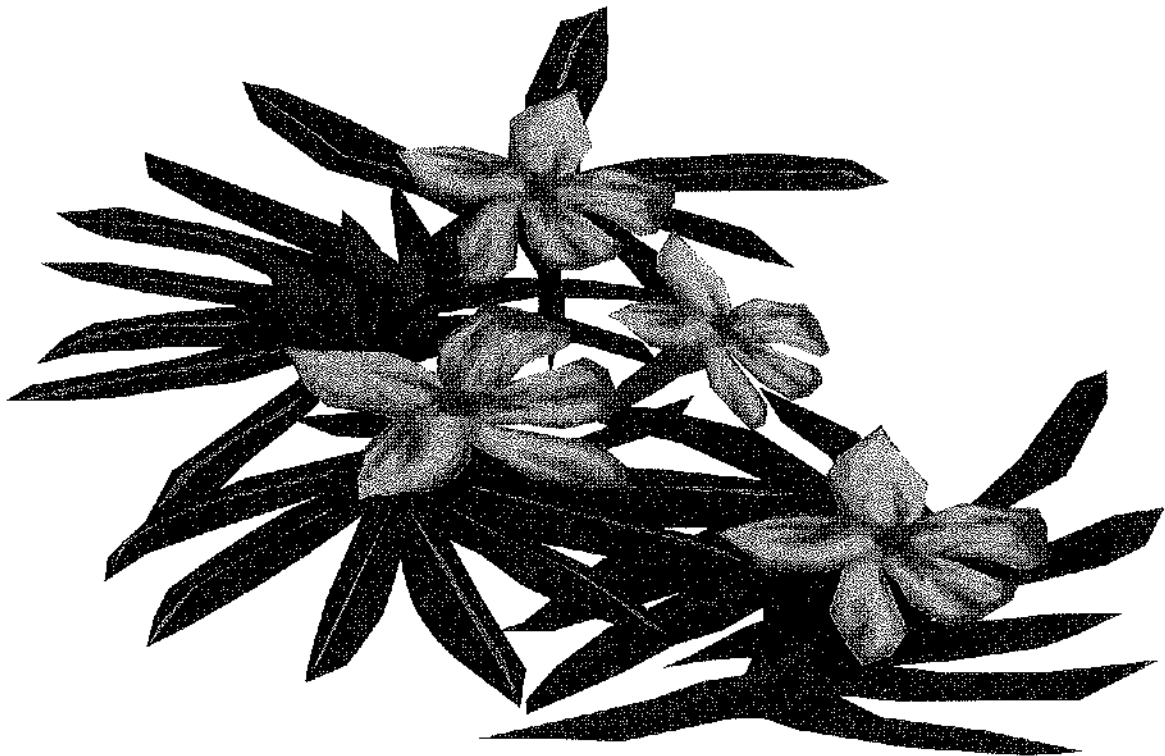
Total dos eventos da Cultura e Tempos Livres - 238

Os eventos acima representados sob uma forma estatística, tiveram lugar nos seguintes locais:

- Centro Municipal de Cultura
- Câmara Municipal de Ponta Delgada
- Centro Histórico de Ponta Delgada
- Freguesias do Concelho de Ponta Delgada
- Campo de São Francisco
- Centro de Estudos de Natália Correia



**COLISEU
MICAELENSE**
1917 - 2005



**MAPAS DAS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

**(Balanço, Demonstração Resultados,
Fluxos de Caixa e Capitais Próprios)**



Balço - (modelo normal)
a 31-12-2013

COLISEU MICAELENSE, EM, SA
NIPC - 512059420

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2013	2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3-8-10	15.856.169,67	16.150.978,81
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	3-16	536.773,26	506.236,44
Total do Activo não corrente		16.392.942,93	16.657.215,25
Activo corrente			
Clientes	3-13	91.549,89	59.076,56
Estado e outros entes públicos	26-30-31	17.964,91	109,71
Outras contas a receber	3	0,00	0,00
Diferimentos	3	11.284,05	8.055,35
Caixa e depósitos bancários	4	65.317,49	98.681,14
Total do Activo corrente		186.116,34	165.922,76
Total do activo		16.579.059,27	16.823.138,01
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	28	1.750.000,00	1.750.000,00
Reservas Legais		100.000,00	0,00
Outras reservas		64.276,80	64.276,80
Resultados transitados	2	(194.261,72)	(346.179,81)
Ajustamentos em activos financeiros	16	133.816,00	171.661,89
Excedentes de revalorização	8	9.988.860,08	9.988.860,08
Outras variações no capital próprio	16	243.829,85	305.733,37
<i>Capital Próprio antes do Resultado do período</i>		12.086.521,01	11.934.352,33
Resultado líquido do período		161.840,94	251.918,09
Total do capital próprio		12.248.361,95	12.186.270,42
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10-11	3.512.590,56	3.755.423,21
Passivos por impostos diferidos	26	53.452,23	67.909,04
Total Passivo não corrente		3.566.042,79	3.823.332,25
Passivo corrente			
Fornecedores	3	100.350,82	103.762,68
Estado e outros entes públicos	26-30-31	35.835,63	61.893,91
Financiamentos obtidos	10-11	443.901,85	436.297,00
Outras contas a pagar	3	103.492,78	84.746,89
Outras passivos financeiros	4	0,00	0,00
Diferimentos	23	81.073,45	126.834,86
Total Passivo corrente		764.654,53	813.535,34
Total do passivo		4.330.697,32	4.636.867,59
Total do capital próprio e do passivo		16.579.059,27	16.823.138,01

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Hermano Garcia Varão
Inscrição n.º 405 na OTOC

Maria S. M. G.

prol. Filho advogado f.f.d.



Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) do período de 2013

COLISEU MYCAELENSE, EM, SA

NIPC - 512059420

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	21	449.054,64	728.724,16
Subsídios à exploração	3-6-23	828.500,00	562.500,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	3	68.382,71	14.031,79
Fornecimentos e serviços externos	3	(332.844,32)	(383.278,13)
Gastos com o pessoal	29	(388.152,24)	(272.985,26)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	3-25	101.298,51	333.802,90
Outros gastos e perdas	3	(121.863,99)	(87.618,10)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		604.375,31	895.177,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	(295.600,71)	(518.518,92)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		308.774,60	376.658,44
Juros e gastos similares suportados	3-11	(124.286,49)	(129.288,54)
Resultado antes de impostos		184.488,11	247.369,90
Imposto sobre o rendimento do período	25	(22.647,17)	4.548,19
Resultado líquido do período		161.840,94	251.918,09

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Hermano Garcia Varão
Inscrição nº 405 na OTOC



Demonstração dos Fluxos de Caixa do período de 2013

COLISEU MICAELENSE, EM, SA

NIPC - 512059420

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2013	2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	3	416.477,76	728.215,69
Pagamentos a fornecedores	3	(306.113,58)	(415.326,89)
Pagamentos ao pessoal	29	(384.822,11)	(267.662,33)
Caixa gerada pelas operações		(274.457,93)	45.226,47
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento	26-31	(63.836,78)	(160.173,95)
Outros recebimentos/pagamentos	3	658.258,50	520.139,69
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		319.663,79	405.192,20
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	8	(2.116,37)	(49.841,08)
Investimentos financeiros			0,00
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	26	14.456,81	261.471,88
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		12.340,44	211.630,80
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	3-10-11	(235.227,80)	(540.938,44)
Juros e gastos similares	11	(130.440,08)	(129.306,54)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(365.667,88)	(670.245,08)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(33.363,65)	(53.422,08)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	98.681,14	152.103,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	65.317,49	98.681,14

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Hermano Garcia Varão
Inscrição n.º 405 na OTOC



Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período de 2013
(montantes em euros)

COLISEU MICAELENSE, EM, SA - NIPC - 512059420

NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital Realizado	Outros Instrumentos do capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transladados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
6	POSTOÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	1.750.000,00				64.276,00	(34.417,81)	137.661,89	9.888.860,00	303.753,37	251.918,09	12.184.276,42		12.184.276,42
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio				100.000,00		151.918,09	(37.645,89)		(61.903,52)	(251.918,09)	(99.749,41)		(99.749,41)
7	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				100.000,00		151.918,09	(37.645,89)		(61.903,52)	(251.918,09)	(99.749,41)		(99.749,41)
8	RESULTADO INTEGRAL										161.840,94	161.840,94		161.840,94
9-7+8	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										62.091,53	62.091,53		62.091,53
10	POSTOÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	1.750.000,00			100.000,00	64.276,00	(34.417,82)	137.661,89	9.888.860,00	343.879,85	161.840,94	12.248.361,96		12.248.361,96
6+7+8+10														

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O Técnico Oficial de Contas

[Handwritten signature]

Hermano García Varão

Inscrição nº 405 na OTOC



**Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período de 2013
(montantes em euros)**

COLISEU MICAELENSE-EM, SA - NIPC 512059420

NOTAS	Capital Realizado	Reservas Legais	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
1	2.750.000,00			15.387,48	(227.594,12)	171.462,89	9.682.800,00	311.028,72	9.865,19	12.031.946,24		12.031.946,24
2				48.589,32	(128.625,69)			(8.095,25)	(9.865,19)	(97.596,91)		(97.596,91)
3				48.589,32	(128.625,69)			(8.095,25)	(9.865,19)	(97.596,91)		(97.596,91)
4-2-3									251.918,09	251.918,09		251.918,09
5									154.321,18	154.321,18		154.321,18
6-1-2-3-4-5	2.750.000,00			64.376,80	(346.179,81)	171.462,89	9.682.800,00	306.733,27	251.918,09	12.186.276,42		12.186.276,42

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]

O Técnico Oficial de Contas

[Handwritten signature]

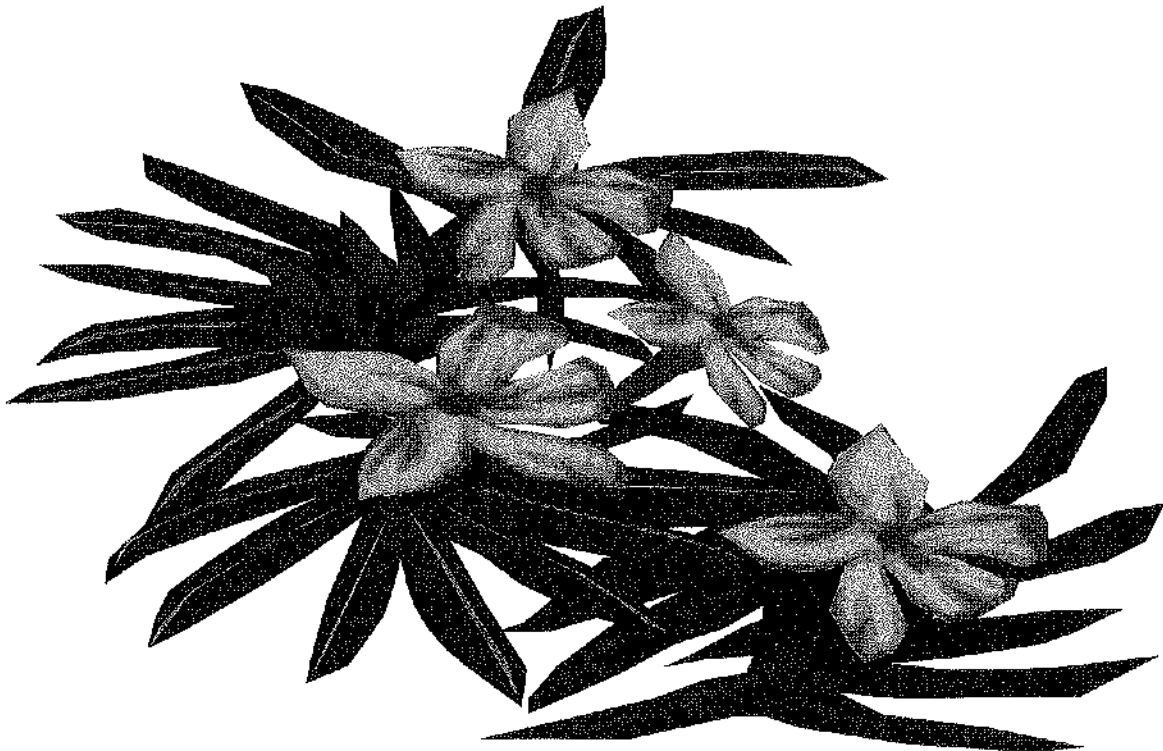
Hermano Garcia Varão
Inscrição n.º 405 na OTOC

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



**COLISEU
MICAELENSE**
1917 - 2005



**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Trabalho elaborado pela Neca, Lda. - Tel. 296304270

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**



	<u>ÍNDICE</u>
NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	01
NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	01 e 02
NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	03 a 12
3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	03
3.2 — Outras políticas contabilísticas:	03 a 09
3.2.1 Contabilização das participações financeiras em subsidiárias e associadas	03
3.2.2 Diferenças de aquisição - "Goodwill"	03 e 04
3.2.3 Transacções em moeda estrangeira	04
3.2.4 Passivos financeiros	04
3.2.5 Activos fixos tangíveis	04 e 05
3.2.6 Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis	05
3.2.7 Subsídios governamentais	06
3.2.8 Activos intangíveis	06 e 07
3.2.9 Locações	07
3.2.10 Propriedades de Investimento	07
3.2.11 Inventários	08
3.2.12 Contas a receber	08
3.2.13 Rendimentos e gastos	08
3.2.14 Resultados financeiros	08
3.2.15 Impostos sobre rendimentos	09
3.2.16 Caixa e equivalentes de caixa	09
3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro - Gestão de Risco Financeiro	09 e 10
3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas	10 a 12
NOTA 4 - FLUXOS DE CAIXA (NCRF 2)	12
NOTA 5 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS (NCRF 4)	13
NOTA 6 - PARTES RELACIONADAS (NCRF 5)	13

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

(Conclusão)

NOTA 7 - ACTIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)	13
NOTA 8 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)	14 e 15
NOTA 9 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (NCRF 8)	15
NOTA 10 - LOCAÇÕES (NCRF 9)	15
NOTA 11 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF 10)	16 e 17
NOTA 12 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF 11)	18
NOTA 13 - IMPARIDADE DE ACTIVOS (NCRF 12)	18 e 19
NOTA 14 - INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS ASSOCIADOS (NCRF 13)	19
NOTA 15 - CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS (NCRF 14)	19
NOTA 16 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÕES (NCRF 15)	20 e 21
NOTA 17 - EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (NCRF 16)	21
NOTA 18 - AGRICULTURA (NCRF 17)	22
NOTA 19 - INVENTÁRIOS (NCRF 18)	23
NOTA 20 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (NCRF 19)	24
NOTA 21 - RÉDITO (NCRF 20)	25
NOTA 22 - PROVISÕES, PASSIVOS E ACTIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)	26
NOTA 23 - SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)	26
NOTA 24 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)	27
NOTA 25 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO (NCRF 24)	27
NOTA 26 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)	27 e 28
NOTA 27 - MATÉRIAS AMBIENTAIS (NCRF 26)	28
NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)	28 e 29
NOTA 29 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)	29 e 30
NOTA 30 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	31 e 32
NOTA 31 - OUTRAS INFORMAÇÕES	32 a 36



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1- Designação da entidade: Coliseu Micaelense - Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, E.M., S.A. com o NIPC 512059420, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, com o Capital Social de 1.750.000,00 euros.

1.2- Sede: Edifício do Coliseu Micaelense sito na Rua de Lisboa, freguesia de São José - Ponta Delgada Telefone: 296209500 - Fax: 296209501 e e-mail: www.coliseumicaelense.pt

1.3- Natureza da actividade: Promoção e dinamização de actividades e eventos culturais, sociais e recreativos;

1.4- Designação da entidade equiparada a empresa-mãe: Município de Ponta Delgada - NIPC 512012814.

1.5- Sede da entidade equiparada a empresa-mãe: Praça da República, freguesia de S. Sebastião - 9504-523 Ponta Delgada. Telefone: 296304400. Fax:296304401 - E-mail: www.cm-pontadelgada.azoresdigital.pt

**NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1 - A sociedade apresenta as suas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.**

2.2 - Não foram derogadas nas demonstrações financeiras, quaisquer disposições do SNC, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

2.3 - Não existem situações em que as rubricas não possam ser comparáveis com as do exercício anterior.

2.4 - Foram adoptados pela primeira vez, em 2010, as NCRF, não tendo, por tal circunstância, havido afectação da posição financeira e o seu desempenho financeiro, tendo-se considerado **na transição** as situações de reconhecimento, desreconhecimento, reclassificação e mensuração.

Registe-se para efeitos de histórico que o Balanço em **POC do ano de 2009**, não é comparável com o **Balanço de Abertura em SNC** para igual período, devido aos seguintes ajustamentos de conversão:

Balanço	31.12.2009 (SNC)	Ajustamento	31.12.2009 (POC)
- Activo	18.762.013,67	-8.159,25 (a)	18.770.172,92
- Passivo	6.687.606,64	-581.045,38 (b)	7.268.652,02
- Capitais Próprios	12.074.407,03	8.159,25 (c)	11.501.520,90

X

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

- (a) Desreconhecimento de **Imobilizado Incorpóreo (POC) - Activo Intangível (SNC)**
- (b) Transferência da rubrica 2745 – Subsídios ao Investimento do POC para **5932 – Subsídios ao Investimento – SIVETUR**
- (c) Valor debitado na rubrica **591 – Diferenças de transição**, na quantia de 8.159,25 euros

Enquadramento Fiscal

Decreto Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, Artigo 5.º - Regime Transitório

- Os **efeitos nos capitais próprios** decorrentes da adopção, pela primeira vez, das Normas Internacionais de Contabilidade, do Sistema de Normalização Contabilística, das Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal ou do Plano de Contas para as Empresas de Seguros, que sejam considerados **fiscalmente relevantes** nos termos do **Código do IRC** e respectiva legislação complementar, resultantes do **reconhecimento ou do não reconhecimento de activos ou passivos**, ou de alterações na respectiva mensuração, **concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação em que se apliquem aquelas normas e dos quatro períodos de tributação seguintes.**

Artigo 130.º do CIRC, v.g. Dossier Fiscal

- Assim, **o impacto fiscal** da adopção pela primeira vez das NCRF terá lugar nos **períodos de tributação de 2010 a 2014**, considerando-se **um quinto em cada período**, devendo ser devidamente evidenciado no processo de documentação fiscal.

2.5 – Durante o exercício de 2013 **ocorreram alterações de políticas contabilísticas** relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012. Concretamente, procedeu-se à alteração das taxas de depreciação da rubrica Edifícios e Construções (Edifício Coliseu Micaelense), baixando-a de 5% para 2,5%, nos termos do **artigo 3.º n.ºs 1 e 2 do Decreto – Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro.**

K

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As **demonstrações financeiras** foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos biológicos, propriedades de investimento, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

Activos não correntes detidos para venda e os grupos de activos detidos para venda, que venham a ocorrer, serão registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

As **políticas contabilísticas apresentadas** foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.2 — Outras políticas contabilísticas:

3.2.1 Contabilização das participações financeiras em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como activos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição (ou em alternativa pelo método da equivalência patrimonial) e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

3.2.2 Diferenças de aquisição - "Goodwill"

Na sequência da transição para as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, efectuada com referência a 1 de Janeiro de 2010, a sociedade optou por manter o "goodwill" resultante de concentrações de actividades empresariais, ocorridas antes da data da transição, registado de acordo com as anteriores regras contabilísticas aplicadas pela sociedade.

A partir da data de transição, a totalidade do "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANO DE 2013

Caso o "goodwill" seja negativo este é registado directamente em resultados do exercício em que a concentração de actividades ocorre. O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é **avaliado anualmente**, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

3.2.3 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

3.2.4 Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um **passivo financeiro** quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. **Os passivos financeiros** são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

3.2.5 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis da sociedade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF, 1 de Janeiro de 2010, a sociedade decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

K

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes (método linear) de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo e utensílios	4 a 10
Outros activos fixos tangíveis	10 a 25

3.2.6 Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis

Os juros de empréstimos **directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos** são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos activos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANO DE 2013



3.2.7 Subsídios governamentais

Os **subsídios governamentais** são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a empresa irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a sociedade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a sociedade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

3.2.8 Activos Intangíveis

Os activos intangíveis da Sociedade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pela sociedade, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos aos projectos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANO DE 2013

Direitos de representação

Os direitos de representação (Franchise) são registados como activos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes (método linear) pelo período de vida útil da concessão, o qual actualmente não ultrapassa os 5 anos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes (método linear) pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

3.2.9 Locações

A sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

3.2.10 Propriedades de Investimento

A sociedade classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objectivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

Uma **propriedade de investimento** é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas (em alternativa podemos usar o justo valor sujeito a um teste de imparidade).

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

3.2.11 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

3.2.12 Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As **perdas por imparidade** são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.2.13 Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

3.2.14 Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

f

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

3.2.15 Impostos sobre rendimentos

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

3.2.16 Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro:

Gestão de Risco Financeiro

3.3.1 Riscos de Mercado

3.3.1.1 Risco de Taxa de Juro – POLÍTICA

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao **risco de taxa de juro do Euro**.

Considerando que:

a) A volatilidade nos resultados da entidade, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;

b) Em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos fluxos de caixa associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;

c) A contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado, a política da entidade relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição da entidade, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados da entidade.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**



3.3.1.2 Risco de Taxa de Câmbio

A entidade não apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio.

3.3.1.3 Outros Risco de Preço

A entidade não está exposta a outros riscos relevantes.

3.3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente (i) dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a actividade operacional e (ii) do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua actividade.

A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias dos negócios da entidade tendo em constante consideração:

a) As particularidades do perfil de clientes associados a cada um dos negócios;

b) A determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, conseqüentemente minimizando a sua exposição àquele risco;

c) Uma regular monitorização das contas de cliente;

d) O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;

e) O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

3.3.3 Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF requerem que sejam efectuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANO DE 2013

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela sociedade são apresentados nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas **Notas 3.1 e 3.2**.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela sociedade, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração/gerência considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que **as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade** e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos de longo prazo e Goodwill

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

A sociedade revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no "goodwill" resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias.

Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macro-económicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão. O "goodwill" em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiquem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados da sociedade.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela sociedade/ da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, *incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos*.

f

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

A sociedade encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as **Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado** pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 – FLUXOS DE CAIXA
(NCRF 2)

Não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Os valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários incluem:

	<u>2013 (N)</u>	<u>2012 (N-1)</u>
- Caixa	455,44 €	636,77 €
- Depósitos à Ordem	64.862,05 €	98.044,37 €
- Soma	63.317,49 €	98.681,14 €



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

**NOTA 5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS
ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**
(NCRF 4)

Durante o exercício de 2013 ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, conforme já referido na Nota 2 – item 2.5.

Concretamente, procedeu-se à alteração das taxas de depreciação da rubrica Edifícios e Construções (Edifício Coliseu Micaelense), baixando-as de 5% para 2.5%, nos termos do artigo 3.º n.ºs 1 e 2 do Decreto - Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro.

Da alteração de políticas contabilísticas da empresa, resultou a redução dos Gastos com Depreciação e Amortização, na quantia de € 221.673,88.

NOTA 6 – PARTES RELACIONADAS
(NCRF 5)

O Município de Ponta Delgada, com o NIPC 512012814, com sede na Praça da República, freguesia de Sebastião, concelho de Ponta Delgada, detém o controlo da sociedade, com uma participação de 99,79% no seu Capital Social, no valor de 1.746.377,00 euros, representada por 3.492.754 acções ao preço unitário de 50 cêntimos.

Foram efectuadas as seguintes transacções com o Município de Ponta Delgada:

Vendas e Compras de produtos e serviços	2013 (N)	2012 (N-1)
- Vendas de Mercadorias	0,00 €	0,00 €
- Compras de Mercadorias	0,00 €	0,00 €
- Prestação de Serviços	0,00 €	0,00 €
Rendimentos Obtidos		
- Subsídios à Exploração	828.500,00 €	562.500,00 €

NOTA 7 – ACTIVOS INTANGÍVEIS
(NCRF 6)

À semelhança do ano de 2010, a empresa não reconheceu nos anos de 2011, 2012 e 2013, Activos Fixos Intangíveis.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**



NOTA 8 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
(NCRF 7)

A variação verificada no exercício foi a seguinte:

Variações	Terrenos e Edifícios	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Total Activo Fixo Tangível
1 de Janeiro de 2012 (N-1):	20.230.591,59	816.723,81	0,00	42.747,15	21.090.062,55
Valor de aquisição ou reavaliado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação acumulada	-4.039.128,81	-367.643,98	0,00	-26.957,02	-4.433.729,81
Valor líquido	16.191.462,78	449.079,83	0,00	15.790,13	18.656.332,74
31 de Dezembro de 2012 (N-1)					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2012 (N-1)	16.191.462,78	449.079,83	0,00	15.790,13	16.656.332,74
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições	0,00	25.643,59	0,00	17.155,40	42.798,99
Alienações	0,00	-18.713,00	0,00	-10.921,00	-29.634,00
Depreciações do Exercício	-443.600,94	-69.824,37	0,00	-5.293,61	-518.518,92
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2012 (N-1)	15.747.861,84	386.386,05	0,00	16.730,92	16.150.978,81
31 de Dezembro de 2012 (N-1)					
Valor de aquisição ou reavaliado	20.230.591,59	842.367,40	0,00	59.902,55	21.132.861,54
Depreciação acumulada	-4.482.729,75	-455.981,35	0,00	-43.171,63	-4.981.882,73
Valor Líquido	15.747.861,84	386.386,05	0,00	16.730,92	16.150.978,81
31 de Dezembro de 2013 (N)					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2013 (N)	15.747.861,84	386.386,05	0,00	16.730,92	16.150.978,81
Aquisição de subsidiária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições e Transferências Fusão	0,00	0,00	0,00	791,57	791,57
Transferências - Fusão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações do Exercício	-221.927,06	-69.334,96	0,00	-4.338,69	-295.600,71
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2013 (N)	15.525.934,78	317.051,09	0,00	13.183,80	15.856.169,67
31 de Dezembro de 2013 (N)					
Valor de aquisição ou reavaliado	20.230.591,59	842.367,40	0,00	60.694,12	21.133.653,11
Depreciação acumulada	-4.704.656,81	-525.316,31	0,00	-47.510,32	-5.277.483,44
Valor líquido	15.525.934,78	317.051,09	0,00	13.183,80	15.856.169,67

f

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

Como histórico relevante, registre-se que o Edifício Coliseu Micaelense foi reavaliado em 31 de Dezembro de 2009 (N-2) por avaliadores independentes. As avaliações foram efectuadas numa base do valor do mercado. O excedente de reavaliação foi creditado em Excedentes de Reavaliação no Capital Próprio, resultando numa Reserva de Reavaliação, na quantia de **9.988.860,08 euros**.

A Reavaliação Extraordinária do Imóvel do Coliseu Micaelense, efectuada em 2009, foi a seguinte:

Rubricas	Valor
Valor histórico (rubrica 422-Edifícios e Construções)	12.659.00 €
Valor da reavaliação	11.350.977.36 €
Valor reavaliado	11.363.636.36 €
Amortizações acumuladas (4822 – De Ed. Construções)	1.519.08 €
Valor da reavaliação	1.362.117.28 €
Valor reavaliado	1.363.636.36 €
Excedente de Reavaliação no Capital Próprio	9.988.860.08 €

O mencionado edifício Coliseu Micaelense, constando da rubrica Edifícios e Construções, é um prédio urbano, destinado a Casa de Espectáculos, inscrito com o Artigo Matricial 1707.º - São José, sito na Rua de Lisboa, freguesia de São José, concelho de Ponta Delgada, descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada sob o n.º 02446 – São José, tem o valor patrimonial de 3.032.031,50 euros e não está onerado com nenhum tipo de garantia, sendo o valor do IMI de 10.612.11 euros.

**NOTA 9 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E
UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS**

(NCRF 8)

Durante o exercício de 2013 a empresa não dispunha de Activos Não Correntes para Venda.

NOTA 10 – LOCAÇÕES

(NCRF 9)

Não existem bens em regime de Locação Financeira.



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

NOTA 11 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS
(NCRF 10)

A política contabilística adoptada nos custos de empréstimos obtidos, e outros custos directamente atribuíveis, constam da **nota 3.2.6**

	2013 (N)	2012 (N-1)
- Empréstimos Bancários	3.956.492,41	4.178.145,04
- Outros Empréstimos (Sivetur)	0,00	13.575,17
- Total	3.956.492,41	4.191.720,21
- Parcela não corrente	3.512.590,56	3.755.423,21
- Dívida Corrente	443.901,85	436.297,00

Os **empréstimos bancários** estão, na sua integridade, denominados em euros e vencem juros a taxas de mercado, **com a TAE** (Taxa Anual Efectiva) compreendidas entre 3% e 6%.

A dívida bancária a **médio e longo prazo** é exigível como segue:

Empréstimo n.º: 154482211 – Millenium BCP

2014 (N+2)	14.583.55 €
Total	14.583.55 €

O empréstimo acima descrito apresenta uma TAE (Taxa Anual Efectiva) de **5,963745%**.

Empréstimo n.º: 72067131 – Millenium BCP

2014 (N+2)	94.444,44 €
2015 (N+3)	94.444,44 €
2016 (N+4)	94.444,44 €
2017 (N+5)	94.444,44 €
2018 (N+6)	94.444,44 €
2019 (N+7)	94.444,44 €
2020 (N+8)	94.444,44 €
2021 (N+9)	94.444,44 €
2022 (N+10)	94.444,44 €
2023 (N+11)	94.444,44 €
Total	944.444.40 €



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

O empréstimo acima descrito apresenta uma TAE (Taxa Anual Efectiva) de **3,4000%**.

Empréstimo n.º: 89874391 – Millenium BCP

2014 (N+2)	121.131.30 €
2015 (N+3)	121.131.30 €
2016 (N+4)	121.131.30 €
2017 (N+5)	121.131.30 €
2018 (N+6)	121.131.30 €
2019 (N+7)	121.131.30 €
2020 (N+8)	121.131.30 €
2021 (N+9)	121.131.30 €
2022 (N+10)	121.131.30 €
2023 (N+11)	121.131.30 €
2024 (N+12)	121.131.30 €
Total	1.332.444.30 €

O empréstimo acima descrito apresenta uma TAE (Taxa Anual Efectiva) de **2,8910%**.

O **Incentivo reembolsável**, concedido ao **Coliseu Micaelense** no âmbito do **SIVETUR**, no valor de **1.357.517,00 Euros** que não venceu juros, sendo atribuído pelo prazo total de 8 anos, contados a partir da primeira utilização, os quais incluíram um período de carência de 3 anos e um período de amortização de 5 anos, encontrava-se à data de **31 de Dezembro de 2013**, saldado.

Não existem dívidas a terceiros cobertas por **garantias reais** prestadas pela empresa.

Nos Empréstimos contraídos junto do **Banco Comercial Português**, pelo prazo de 20 anos, a Empresa ofereceu como caução – uma livrança por si subscrita. Para garantia das obrigações emergentes dos Contratos de Financiamento, foi entregue um documento complementar, **Carta Conforto prestada pela Câmara Municipal de Ponta Delgada**, obrigando-se o **Município de Ponta Delgada** a manter a sua participação no capital social da Coliseu Micaelense - Sociedade de Investimentos Imobiliários, EM,SA.

No empréstimo inicial de 250.000,00 Euros contraído junto do Banco Comercial dos Açores, pelo prazo de 6 anos, a Empresa ofereceu como garantia uma **Livrança em branco** por ela subscrito, à ordem do BCA/BANIF.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

**NOTA 12 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO
(NCRF 11)**

São **propriedades de investimento** as detidas para obter rendas ou para valorização do capital ou ambas as finalidades, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para finalidades administrativas ou para venda no decurso normal do negócio.

Uma propriedade de investimento só pode ser reconhecida como ativo quando for provável que os benefícios económicos futuros associados à mesma fluam para a entidade e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade

Os Edifícios e Construções estando afetos à atividade da Empresa, no fornecimento de bens e serviços **não se integram no conceito de Propriedades de Investimento.**

**NOTA 13 – IMPARIDADE DE ACTIVOS
(NCRF 12)**

A avaliação da imparidade de um ativo (**AFT – Ativo Fixo Tangível, AI – Ativos de Investimentos e PI – Propriedades de Investimento**) deve ser realizada em cada data de relato. Perante qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade (**valor contabilístico é superior à quantia recuperável**), a entidade deve estimar a quantia recuperável desse ativo.

A empresa, quando avalia estas indicações, deve tomar por base **indicadores internos e indicadores externos**. No que diz respeito **aos indicadores internos ou fontes de informação internas**, deve-se ter em linha de conta o seguinte:

- É visível o dano físico do ativo ou a sua obsolescência;
- Constata-se nos relatórios de informação interna que o desempenho económico do ativo é, ou será, pior do que o previsto;
- Ocorreram no período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com efeito adverso na entidade, de modo a afetar a forma como o ativo é usado.

Já no que se refere aos indicadores externos ou fontes de informação externas, há que ter em conta o seguinte:

- O valor de mercado do ativo diminuiu significativamente no período (mais do que seria esperado), em resultado da passagem do tempo ou do seu uso normal;
- Verificaram-se no decurso do período, ou irão ocorrer num futuro próximo, alterações significativas na empresa, como consequência do ambiente tecnológico, de mercado, económico, económico ou legal, em que a empresa opera ou no mercado em que o ativo está agregado;
- As taxas de juro do mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso do ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- O valor contabilístico dos ativos líquidos (sinónimo de capitais próprios) da empresa é superior à sua capitalização de mercado.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013

No Ativo Fixo Tangível da empresa, **não foram reconhecidas Perdas por Imparidade** em nenhum das suas classes.

Apenas no exercício de 2011 foram **registadas** Perdas por Imparidade de clientes, na quantia de **2.063,86 euros** e Reversões de Perdas por Imparidade de Outros Devedores na quantia de **24.545,86 euros**. As variações das Perdas por Imparidade são as seguintes:

	2013 (N)	2012 (N-1)
Em dívidas a receber:		
- Clientes	24.696,28 €	24.696,28 €
- Outros Devedores	0,00 €	0,00 €
Total das Perdas por Imparidade	24.696,28 €	24.696,28 €

NOTA 14 – INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E
INVESTIMENTOS ASSOCIADOS
(NCRF 13)

Os **empreendimentos conjuntos** distinguem-se do **investimento em associadas** pelo facto de a sua existência depender de acordo contratual. Se uma actividade desenvolvida em comum por várias entidades não estiver sujeita a um acordo contratual que estabeleça o controlo conjunto, não se considera um empreendimento conjunto para efeitos desta NCRF.

Os empreendimentos conjuntos caracterizam-se por serem constituídos por dois ou mais empreendedores ligados por um acordo contratual. Esse acordo contratual estabelece o controlo conjunto, e não é mais do que a partilha de controlo, acordada contratualmente, de uma actividade económica, existindo apenas quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relacionadas com a actividade exigem o consentimento unânime dos empreendedores.

No fundo, é condição essencial para que nenhum empreendedor esteja por si só em posição de controlar unilateralmente a actividade do empreendimento.

Como tal, durante o exercício de 2013, a empresa **não esteve envolvida em nenhum empreendimento conjunto.**

NOTA 15 – CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS
(NCRF 14)

Durante o exercício, a empresa não empreendeu nenhuma concentração de **atividades empresariais**, considerada como sendo a “junção de entidades ou atividades empresariais numa única entidade que relata”.

Uma **atividade empresarial** não é mais do que um conjunto integrado de atividades conduzidas e de ativos geridos com a finalidade de proporcionar: (1) um retorno aos investidores ou (2) custos mais baixos ou outros benefícios económicos direta e proporcionalmente aos participantes.

Uma **atividade empresarial** geralmente consiste: (1) em inputs, (2) e processos aplicados a esses inputs, e produções resultantes, que são, ou serão, usadas para gerir réditos.



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

NOTA 16 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÕES
(NCRF 15)

Por escritura realizada em 7/05/2004 no Cartório Notarial do Nordeste, exarada no Livro 57-B, de Fls. 48 a Fls 51, foi constituída a Sociedade "**AZORES PARQUE - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PARQUES EMPRESARIAIS, S.A.**" pessoa coletiva com o número fiscal de contribuinte 512081727, com sede no Largo Mártires da Pátria n.º. 17, freguesia de São José, concelho de Ponta Delgada, com o **capital social de Um milhão de euros, representado por 200.000 ações, do valor nominal de cinco euros, cada uma**, e com o seguinte **objeto**: - Promoção e desenvolvimento urbanístico e imobiliário de parques empresariais. Prestação de serviços de planeamento, arquitetura - engenharia e gestão bem como prestação de outros serviços conexos e necessários ao desenvolvimento da atividade empresarial.

A Empresa passou a ser sua acionista, participando no respetivo capital social, subscrevendo e realizando **63.000 ações a preço unitário de 5,00 Euros, no valor total de 315.000,00 Euros**, registado na rubrica 41 - Investimentos Financeiros.

Registe-se para efeitos de **histórico** que pela aplicação do **método da equivalência patrimonial**, segundo o qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas após a aquisição, na quota-parte detida pela empresa, no exercício de **2010** aquela participação financeira, inicialmente de 315.000,00 euros **foi ajustada** pelo valor que proporcionalmente lhes corresponde nos **Capitais Próprios da Azores Parque, SA**, dando origem às seguintes variações:

Rubricas	2013	2012	2011	2010	2009
Saldo inicial	506.236,44	492.204,65	576.758,88	315.000,00	315.000,00
Ajustamento	30.536,82	14.031,79	-84.554,23	261.758,88	0,00
Saldo no final do ano	536.773,26	506.236,44	492.204,65	576.758,88	315.000,00

Enquadramento fiscal (N.º 8, Artigo 18.º do CIRC):

- Os rendimentos e gastos, assim como quaisquer outras variações patrimoniais, relevados na contabilidade em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial não concorrem para a determinação do lucro tributável, devendo os rendimentos provenientes dos lucros distribuídos ser imputados ao período de tributação em que se adquire o direito aos mesmos.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

No exercício de 2013, os Capitais Próprios da Empresa eram positivos na quantia de 12.248.361,95 euros, registando uma variação positiva de 62.091,53 euros, comparativamente com o ano de 2012, onde o seu quantitativo foi de 12.186.270,42 euros.

As variações verificadas ocorreram nas seguintes rubricas:

SNC	Capitais Próprios	2013 (N)	Variação (N)	2012 (N-1)
51	Capital Realizado	1.750.000,00 €	0,00 €	1.750.000,00 €
55	Outras Reservas	164.276,80 €	100.000,00 €	64.276,80 €
56	Resultados Transitados	-194.261,72 €	151.918,09 €	-346.179,81 €
57	Ajustamentos Activos Fin.	133.816,00 €	-37.845,89 €	171.661,89 €
58	Excedentes Reavaliação	9.988.860,08 €	0,00 €	9.988.860,08 €
59	Outras Variações	243.829,85 €	-61.903,52 €	305.733,37 €
81	Resultado Líquido	161.840,94 €	-90.077,15 €	251.918,09 €
	Totais	12.248.361,95 €	62.091,53 €	12.186.270,42 €

A variação negativa de 61.903,52 euros na rubrica 59 – Outra Variações nos Capitais Próprios, foi proveniente do seguinte:

Rubricas	Montante
Saldo credor em 31-12-2012	305.733.37 €
Variação verificada em 2013:	-61.903.52 €
- Ajustamentos Passivos por Impostos Diferidos	14.456.81 €
- Imputação Rendimentos de 2013 – Subs. Investimento	-76.360.33 €
Saldo credor em 31-12-2013	243.829.85 €

NOTA 17 – EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS
(NCRF 16)

A exploração e a avaliação de recursos minerais são a pesquisa de recursos minerais, incluindo minérios, petróleo, gás natural e recursos não regenerativos semelhantes depois da empresa ter obtido os direitos legais de explorar numa área específica, bem como a determinação da exequibilidade técnica e viabilidade comercial de extrair o recurso mineral.

Estando fora do seu âmbito de atividade, não foram prescritos pela empresa qualquer tratamento contabilístico relativo à exploração e avaliação de recursos minerais.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**



NOTA 18 - AGRICULTURA
(NCRF 17)

Esta nota 18, baseada na NCRF 17 tem como objeto prescrever o tratamento contabilístico, a apresentação de demonstrações financeiras e as divulgações relacionadas com a **atividade agrícola**, considerada como sendo a gestão por uma empresa da transformação biológica de animais ou plantas vivos (ativos biológicos) para venda, em produtos agrícolas ou noutros ativos biológicos. Concordantemente, a atividade agrícola depende da intervenção e controlo por parte do homem, pelo que a captura de espécies selvagens (caça, pesca, apanha de frutos selvagens, etc.) não é considerada atividade agrícola, nos termos desta norma, por se tratar de atividade não gerida.

Características comuns das *atividades agrícolas*. (a) Capacidade de alteração – os animais vivos e as plantas são capazes de transformação biológica, (b) gestão de alterações – a gestão facilita a transformação biológica pelo aumento, ou, pelo menos, estabilização, de condições necessárias para que o processo tenha lugar (por exemplo, níveis nutricionais, mistura, temperatura, fertilidade e luz), sendo a gestão elemento fundamental para classificar uma atividade como agrícola; e (c) mensuração de alterações. a alteração de qualidade (por exemplo, mérito genético, densidade, amadurecimento, cobertura de gordura, conteúdo de proteínas e resistência das fibras) ou de transformação biológica é mensurada e monitorizada como uma função de gestão rotinada.

O impacto da adoção desta norma não está confinado apenas às empresas do sector agrícola, sendo também aplicável por empresas que exerçam outras atividades, nomeadamente agroindustrial, mas que tenham também a montante o exercício da atividade agrícola.

O conceito de atividade agrícola definida na **NCRF 17**, é, de certa forma, restritivo, dado que não engloba todas as atividades que tradicionalmente estão definidas na Divisão 01-Agricultura e Pescas da CAE – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas – Ver. 3 – a **NCRF 17** apenas enquadra na atividade agrícola as fontes geridas pelo homem, pelo que a pesca de espécies selvagens, a caça e o abate de florestas e plantas selvagens estão excluídas.

À semelhança da nota anterior, estando **fora do seu âmbito de atividade**, não foi prescrito pela empresa qualquer tratamento contabilístico relativo à atividade agrícola.

8

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

NOTA 19 - INVENTÁRIOS
(NCRF 18)

Os **inventários** seriam mensurados **pelo custo**, incluindo todos os custos de compra, como sejam: (a) O preço de compra; (b) Direitos de importação e outros impostos; (c) Custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, de materiais e de serviços; (d) Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes deduzem-se na determinação dos custos de compra

Nas quantias escrituradas não se consideravam quaisquer ajustamentos, nem reversão de ajustamentos, nem seriam dados inventários como “penhor de garantia a passivos”.

Não seriam imputados aos Inventários encargos financeiros e o custeio das existências seria feito pelo custo médio ponderado.

Destinando-se exclusivamente à Prestação de Serviços, **a empresa não tem Inventários.**

Enquadramento fiscal (Artigo 26.º do CIRC)

Para efeitos da determinação do lucro tributável, os rendimentos e gastos dos inventários são os que resultam da aplicação de métodos que utilizem:

- a) Custos de aquisição ou de produção;*
- b) Custos-padrão apurados de acordo com técnicas contabilísticas adequadas;*
- c) Preços de venda deduzidos da margem normal de lucro;*
- d) Preços de venda dos produtos colhidos de ativos biológicos no momento da colheita, deduzidos dos custos estimados no ponto de venda, excluindo os de transporte e outros necessários para colocar os produtos no mercado;*
- e) Valorimetrias especiais para os inventários tidos por básicos ou normais.*

No caso de os inventários requererem um período superior a um ano para atingirem a sua condição de uso ou venda, incluem-se no custo de aquisição ou de produção os custos de empréstimos obtidos que lhes sejam diretamente atribuíveis de acordo com a normalização contabilística especificamente aplicável.

Sempre que a utilização de custos-padrão conduza a desvios significativos, pode a Direcção-Geral dos Impostos efetuar as correções adequadas, tendo em conta o campo de aplicação dos mesmos, o montante das vendas e dos inventários finais e o grau de rotação dos inventários.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

**NOTA 20 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO
(NCRF 19)**

O objetivo desta nota 20 e a NCRF 19 é a de prescrever **tratamento contabilístico de réditos e custos associados a contratos de construção**, tendo em conta a necessidade de imputar o rédito e os custos do contrato aos períodos contabilísticos em que os trabalhos de construção sejam executados, permitindo, conseqüentemente, apurar os resultados das obras em cada período. Regra geral, os contratos de construção têm início num exercício contabilístico diferente daquele em que terminam.

Esta norma aplica-se na contabilização dos contratos de construção, mas apenas **nas demonstrações financeiras das entidades construtoras**. A contabilização **pelos donos de obra** segue, por exemplo, as regras estabelecidas para os inventários ou para os ativos fixos tangíveis, consoante a finalidade do ativo a ser construído. Logo, podemos afirmar que **é uma norma de aplicação unilateral**.

De facto, um contrato de construção é especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam intimamente inter-relacionados ou interdependentes em termos da sua conceção, tecnologia e função do seu propósito final.

Existem dois **tipos de contratos de construção**:

- a) **Contratos de preço fixado** – é um contrato de construção em que a entidade contratada concorda com um preço fixado ou com uma taxa fixada por unidades de *output* que, nalguns casos, está sujeito a cláusulas de custos escalonados; ou
- b) **Contrato de *cost plus*** – é um contrato de construção em que a entidade contratada é reembolsada por custos permitidos ou de outra forma definidos mais uma percentagem destes custos ou uma remuneração fixada.

Não sendo a empresa uma entidade construtora, atuando na celebração de Contratos de Construção, como dono de obra, a **presente Nota 20 e a NCRF 19, não lhe é aplicável**.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

**NOTA 21 – RÉDITO
(NCRF 20)**

O **conceito de rédito**, traduz-se no influxo bruto de benefícios económicos durante o período, proveniente do curso das atividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultarem em aumento de capital próprio, que não sejam relacionados com contribuições de participantes no capital próprio, dos quais já foram veiculados exemplos, nomeadamente, vendas, prestação de serviços e juros.

O **reconhecimento do rédito** proveniente da venda de bens deve ocorrer quando:

- *For transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;*
- *Não se mantiver o controlo efetivo dos bens vendidos, e ou envolvimento continuado na gestão (associação ao grau de posse);*
- *A quantia do rédito puder ser mensurada com fiabilidade;*
- *For provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;*
- *Os custos incorridos ou serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.*

O reconhecimento do rédito proveniente da prestação de serviço deve ocorrer se:

- *O desfecho de uma transação, na fase de acabamento à data do Balanço puder ser estimado com fiabilidade;*
- *O desfecho da transação não puder ser estimado com fiabilidade, mas os custos incorridos forem recuperáveis (reconhece-se até ao valor dos custos recuperáveis);*
- *O desfecho da transação não puder ser estimado com fiabilidade, e os custos incorridos não forem recuperáveis (reconhece-se por um valor nulo).*

Da mesma forma, o rédito proveniente do uso por terceiros de ativos que produzam juros, dividendos e royalties deve ser reconhecido se for provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e a quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade.

Nestes casos, o rédito deve ser reconhecido nas seguintes bases:

- *Juros (utilizar o método do juro efetivo);*
- *Royalties (regime do acréscimo, de acordo com a substância do acordo relevante);*
- *Dividendos (quando for estabelecido o direito do acionista a receber o pagamento).*

Pelo exposto e considerando que **o desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade**, dependendo dos seguintes fatores: (a) a quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade; (b) for provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade, (c) a fase de acabamento à data do Balanço possa ser mensurada com fiabilidade; e (d) os custos incorridos com a transação ou a serem incorridos para a concluir possam ser mensurados com fiabilidade e **não tendo a empresa realizado operações com tais características, não foram reconhecidos no exercício, réditos pela venda de bens ou prestação de serviços.**

K

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

NOTA 22 – PROVISÕES, PASSIVOS E ACTIVOS CONTIGENTES
(NCRF 21)

As provisões podem ser distinguidas de outros passivos tais como contas a pagar e acréscimos comerciais, na medida em que se caracterizam pela existência de incerteza acerca da tempestividade ou da quantia dos dispêndios futuros necessários para a sua liquidação, enquanto:

- As contas a pagar comerciais são passivos a pagar por bens ou serviços que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor; e

- Os acréscimos são passivos a pagar por bens ou serviços que tenham sido recebidos ou fornecidos mas que não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor, incluindo quantias devidas a empregados (por exemplo, quantias relacionadas com pagamento acrescido de férias).

Todas as provisões são contingentes porque são incertas na sua tempestividade ou quantia. O termo “contingente” é usado para passivos e activos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob o controlo da entidade.

Não foram reconhecidos no exercício de 2013, **Ativos e Passivos contingentes**.

NOTA 23 – SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO
(NCRF 22)

Resultantes da celebração de **Contratos Programa** e visando a redução dos **encargos de exploração e concretização do Plano de Atividades**, foram recebidos pela empresa, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 a quantia de **828.500,00 euros**, constando das Demonstrações Financeiras na rubrica **75 – Subsídios à Exploração** do Município de Ponta Delgada.

Todas as condições de atribuição constando do referido **Contrato Programa** foram integralmente satisfeitas, constando das Demonstrações Financeiras, no Passivo, como Ganhos a Reconhecer (conta 28) e na Demonstração dos Resultados por Naturezas, como Subsídios à Exploração (com 75).

A variação dos **Subsídios à Exploração** foi a seguinte:

Rubricas	2013 (N)	2012 (N-1)
- Total dos Subsídios atribuídos		500.000,00 €
- Acréscimo de anos anteriores	125.000,00 €	187.500,00 €
- Diferimento para ano seguinte		-125.000,00 €
- Subsídios à Exploração no final	828.500,00 €	562.500,00 €



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

NOTA 24 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO
(NCRF 23)

Sendo todas as operações registadas em Euros, não existem efeitos de alterações em taxas de câmbio.

NOTA 25 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO
(NCRF 24)

Não existiram, após a data do Balanço, acontecimentos relevantes, suscetíveis de registo.

NOTA 26 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO
(NCRF 25)

Impostos correntes

O imposto corrente, considerado como sendo a **quantia a pagar sobre o rendimento respeitante ao lucro tributável** é na quantia de 22.647,17 euros, assim calculado:

Rubricas	Ano de 2013 (N)	Ano de 2012 (N-1)
Total dos Rendimentos do Período	1.447.236,86 €	1.639.058,85 €
Total dos Gastos do Período	1.262.748,75 €	1.391.688,95 €
Resultado Contabilístico antes impostos	184.488,11 €	247.369,90 €
Correcções Fiscais		
- Acréscimos	5.777,12 €	6.330,96 €
- Diminuições	71.252,38 €	23.636,03 €
Total das correcções fiscais	-65.365,56 €	-17.305,07 €
Lucro Tributável	119.122,55 €	230.064,83 €
Cálculo do imposto - Taxa IRC aplicável		
- Taxa de 08,75% s/12.500,00	0,00 €	0,00 €
- Taxa de 17,50%	20.846,45 €	40.261,35 €
Derrama Municipal		
- Taxa de 1,5%	1.786,84 €	3.450,97 €
Tributações Autónomas	13,88 €	7,53 €
Total Imposto Corrente do Período	22.647,17 €	43.719,85 €

Passivos por Impostos Diferidos

Passivos por impostos diferidos são as quantias de imposto sobre o rendimento, pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis. Estas diferenças temporárias são diferenças entre os valores contabilísticos de ativos e passivos no balanço e a sua base de tributação (valor atribuído ao ativo ou ao passivo para fins fiscais).

K

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

Resumo do Imposto sobre o Rendimento

	2013 (N)	2012 (N-1)
- Corrente	22.647,17 €	43.719,85 €
- Diferido	- 0,00 €	- 48.268,04 €
- Imposto	22.647,17 €	- 4.548,19 €

NOTA 27 – MATÉRIAS AMBIENTAIS
(NCRF 26)

Os dispêndios de **carácter ambiental** – incluem os custos das medidas tomadas por uma entidade ou, em seu nome, por outras entidades, para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrente das suas atividades

Não tendo sido incorridos gastos desta natureza, **não foram adotados**, no exercício, critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos ativos com eles relacionados, por não haver influência na posição financeira, nas demonstrações financeiras e no relatório de gestão da empresa.

NOTA 28 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS
(NCRF 27)

Entende-se por **Ativo Financeiro qualquer ativo** que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade – ações; (c) Um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente favoráveis para a entidade; ou (d) Um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja: um **não derivado** para o qual a entidade esteja, ou possa estar, obrigada a receber um número variável dos instrumentos de capital próprio da própria entidade; ou **um derivado** que seja ou possa ser liquidado de forma diferente da troca de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade.

Derivado – é um instrumento financeiro ou outro contrato com todas as três características seguintes: (1) O seu valor altera-se em resposta à alteração numa especificada taxa de juro, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, notação de crédito ou índice de crédito, ou outra variável, desde que, no caso de uma variável não financeira, a variável não seja específica de uma parte do contrato (por vezes denominada “subjacente”); (2) Não requer qualquer investimento líquido inicial ou requer um investimento inicial líquido inferior ao que seria exigido para outros tipos de contratos que se esperaria que tivessem uma resposta semelhante às alterações nos fatores de mercado; (3) É liquidado numa data futura. Como exemplos de instrumentos derivados podemos referir *os futuros, os forwards, as opções, os swaps, entre outros.*



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

Não havendo na empresa, **Ativos Financeiros com tais requisitos**, a mesma **não prescreveu qualquer tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos** de apresentação e divulgação, não havendo por isso qualquer reconhecimento, mensuração e divulgação desses instrumentos financeiros.

O **Capital Social** da Empresa, é na quantia de **1.750.000,00 euros** e encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro, sendo representado por **3.500.000 ações com o valor nominal de 50 cêntimos cada uma**.

A distribuição do Capital Social é a seguinte:

Acionista	Participação	Ações	%
- Município de Ponta Delgada	1.746.377,00	3.492.754	99,793
- BCA/Banif	41,50	83	00,002
- Bensaúde, SA	604,00	1.208	00,034
- Mutualista	604,00	1.208	00,034
- Melo Abreu	55,00	110	00,003
- Outros Acionistas	2.318,50	4.637	00,132
Soma	1.750.000,00	3.500.000	100,000

De acordo com o **Artigo 6.º do Contrato de Sociedade**, as **“ações são nominativas ou ao portador**, registadas ou não, reciprocamente convertíveis e serão representadas por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta e cem, quinhentos, mil, dez mil ou mais ações”.

Durante o período **não se verificou nenhum aumento do Capital Social**.

O último aumento verificou-se **no exercício de 2006**, onde a Empresa aumentou o seu Capital Social, da quantia de 50.000 euros para a quantia de 1.750.000 euros. Aquele aumento na quantia de 1.700.000 euros foi integralmente subscrito e realizado pelo acionista **Município de Ponta Delgada**.

NOTA 29 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS
(NCRF 28)

Deverá prescrever-se a contabilização e a divulgação dos **benefícios dos empregados** que incluem: (a) Benefícios a curto prazo dos empregados (salários, ordenados e contribuições para a segurança social); (b) Benefícios pós-emprego (pensões, seguro de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego); (c) Outros benefícios a longo prazo dos empregados (licença de longo serviço ou licença sabática, benefícios de invalidez a longo prazo); (d) Benefícios de cessação de emprego; e (e) Benefícios de remuneração em capital próprio.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

A referida contabilização deverá reconhecer: (a) Um passivo quando um empregado tiver prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro; e (b) Um gasto quando a entidade consumir o benefício económico proveniente do serviço proporcionado por um empregado em troca dos benefícios do empregado.

Durante o ano de 2013, não havendo situações idênticas às descritas, a empresa **não reconheceu quaisquer Benefícios dos Empregados.**

Durante o exercício de 2013, procedeu-se à reestruturação dos quadros diretivos da empresa com a eleição dos **novos órgãos sociais para o triénio 2013-2015.**

O número de trabalhadores e horas trabalhadas constam do quadro seguinte:

Recursos Humanos	Sexo F	Horas Anuais Trabalho	Sexo M	Horas Anuais Trabalho	Total R.H.	Total Anual Horas Trabalho
1. Trabalhadores						
- Contratados	1	1.364	0	0	1	1.364
- Efectivos	8	12.552	9	16425	17	28.977
2. Administração	0	0	3	0	3	0
Total Geral	9	13.916	12	16.425	21	30.341

Os **Gastos com o Pessoal** tiveram a seguinte evolução:

Gastos com o pessoal	2013 (N)	2012 (N-1)
- Salários e ordenados, incluindo gastos com rescisão de contratos de trabalho	304.724,83 €	221.285,20 €
- Contribuições para a Segurança Social	64.198,96 €	46.319,24 €
- Seguros de Acidentes no Trabalho	7.698,60 €	4.954,78 €
- Indemnizações	11.522,45 €	0,00 €
- Outros gastos com o pessoal	7,40 €	426,04 €
Soma	388.152,24 €	272.985,26 €

Foram contabilizadas na rubrica 2722 - Remuneração a Pagar, a quantia de **47.617,92 euros** para Férias e Encargos com Férias de 2013 a serem pagas em 2014 e nos limites legalmente permitidos.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**



NOTA 30 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

30.1 Artigos 66.º A e 508.º F do Código das Sociedades Comerciais

Os honorários facturados pelos Revisores Oficiais de Contas, foram os seguintes:

Rubricas	2013 (N)	2012 (N-1)
- Revisão Legal das Contas	8.059.00 €	8.959.00 €
- Serviços de Garantia de Fiabilidade		
- Consultadoria Fiscal		
- Totais	8.959.00 €	8.959.00 €

30.2 Artigo 210.º do Código Contributivo

De acordo com o disposto nos n.ºs. 1 e 2 do Artigo 210.º do Código Contributivo, declara-se que esta Empresa não se encontrava em situação de dívida vencida perante a Segurança Social, em 31 de Dezembro de 2013.

30.3 DL n.º 534/80 de 7 de Novembro

À data do balanço a empresa não era devedora ao Estado de quaisquer contribuições e impostos.

30.4 Contratos de apoio governamentais e/ou autárquicos

A empresa, é uma **Sociedade Anónima** e como tal regulada pelo **Código das Sociedades Comerciais**, nomeadamente pelos Artigos 271.º a 464.º

Porém, sendo uma sociedade em que o Estado, diretamente ou por intermédio de empresas públicas ou outras entidades equiparadas por lei para esse efeito, fique a **deter a maioria do capital**, e considerando que por lei são equiparadas ao Estado as regiões autónomas, **as autarquias locais**, a Caixa Geral de Depósitos, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e o IPE – Investimentos e Participações do Estado, SA (artigos 273.º e 545.º do CSC) a empresa está abrangida pelo **Regime Jurídico do Sector Empresarial**, aprovado pela Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro, revogada e substituída pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**



Durante o ano de 2013, foram adequados os Estatutos da sociedade, procedendo-se à indicação da sua natureza municipal, estando em curso a alienação das suas participações sociais, tudo **em conformidade com a referida Lei n.º 50/2012** de 31 de Agosto e de acordo com o exigido no seus artigos 19.º n.º 1, 68.º n.º 4 e 70.º n.º 1.

Os apoios concedidos à empresa por parte do **Município de Ponta Delgada**, enquadram-se no disposto no **Decreto-Lei n.º 384/87** de 24.12, alterado pelos **Decretos-Leis n.º 157/90** de 17.05 e **319/2001**, de 10.12, conjugado com os **Artigos 9.º e 23.º** da referida **Lei n.º 53-F/2006** de 29.12, alterada e revogada pela **Lei n.º 50/2012** de 31 de Agosto.

NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1 Operações relevantes

As **Demonstrações Financeiras da Empresa**, cujo **Resultado Líquido do Período de Janeiro a Dezembro de 2013**, conforme já atrás referido, é positivo na quantia de **161.840,94 euros**, estão influenciadas pelas seguintes operações relevantes:

a) **Ajustamento da participação na Azores Parque, SA**, passando-a da quantia de **506.236.44 euros** para a quantia de **536.773.26 euros** (rubrica 41211).

b) Por força dos **resultados Líquidos do Período de Janeiro a Dezembro de 2013 da Azores Parque, SA**, positivos na quantia de **217.087.96 euros**, os Resultados do Período da empresa, foram influenciados positivamente com o registo a crédito da rubrica **7851 - Rendimentos e Ganhos em Associadas - Aplicação do método da equivalência patrimonial**, na quantia de **68.382.71 euros**;

c) - Imputação a Rendimentos do exercício de 2013 na rubrica **7883 - Subsídios ao Investimento**, da quantia de **76.360.33 euros - Sivetur**;

d) Alteração de políticas contabilísticas da empresa, relativamente às quotas mínimas de depreciação, de Edifícios e Construções que, baixando de 5% para 2,5%, nos termos do **artigo 3.º n.ºs 1 e 2 do Decreto Regulamentar n.º 25/2009**, de 14 de Setembro, teve como consequência um decréscimo na rubrica **64 - Gastos de Depreciação e Amortização**, na quantia de **221.673.88 euros**.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**



31.2 Sector Empresarial Local

Tal como já foi referido no ano de 2012, constata-se que no atual contexto de grave crise económica e financeira, foram estabelecidas **“novas” regras de funcionamento do sector empresarial local**, algumas das quais previstas na **Lei n.º 55/2011 de 15.11** que procede à terceira alteração à **Lei n.º 53-F/2006, de 29.12**, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial local, entretanto revogadas e substituídas pela **Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto**.

A **Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto** que aprovou o novo Regime Jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando as **Leis n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro** e **n.º 55/2011, de 15 de Novembro**, veio, de forma inédita e surpreendente, no seu **artigo 62.º com a epigrafe - Dissolução das empresas locais** - acrescentar outras formas e causas de “dissolução”, referindo o seu número um, citamos, o seguinte:

Artigo 62.º
Dissolução das empresas locais

1 - Sem prejuízo do disposto no **artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais** (que não permite que os Capitais Próprios sejam inferiores a 50% do Capital Social), as empresas locais (como o **Coliseu Micaelense, E.M., S.A.**) são obrigatoriamente **objeto de deliberação de dissolução** no prazo de seis meses, sempre que se verifique **uma das seguintes situações:**

a) As **vendas e prestações de serviços** realizados durante os últimos três anos não cobrem, **pelo menos, 50% dos gastos totais** dos respetivos exercícios;

b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos **subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas;**

c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do **resultado operacional subtraído do mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;**

d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o **Resultado Líquido é Negativo.**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013

Avaliando a **evolução do Colseu Micaelense, S.A.**, no âmbito do citado **artigo 62.º**, a mesma é a que consta do seguinte quadro:

PARAMETROS	2013	2012	2011	Art.º 62.º
Vendas e Prestação de Serviços (1)	449.054,64	728.724,16	598.954,36	
Gastos totais (2)	1.285.395,92	1.435.408,80	1.667.667,65	
Artigo 62.º n.º 1 alínea a) (1/2)	0,35	0,51	36%	50%
Subsídios à Exploração (3)	828.500,00	562.500,00	687.500,00	
Total dos Rendimentos (4)	1.447.236,86	1.687.326,89	1.677.532,84	
Artigo 62.º n.º 1 alínea b) (3/4)	0,57	0,33	41%	(-) 50%
Resultado Operacional (5)	308.774,60	376.858,44	102.206,83	
Depreciação (6)	295.600,71	518.518,92	741.745,24	
Artigo 62.º n.º 1 alínea c) (5+6)	604.375,31	895.177,36	843.952,07	Positivo
Resultado Líquido (Artigo 62.º n.º 1 alínea d))	161.840,94	251.916,09	9.865,19	Positivo

Durante o ano de 2013, foram adequados os Estatutos da sociedade, procedendo-se à indicação da sua natureza municipal, estando em curso a alienação das suas participações sociais, tudo em conformidade com a referida Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto e de acordo com o exigido no seus artigos 19.º n.º 1, 68.º n.º 4 e 70.º n.º 1.

Também no ano de 2013 foram **eleitos os novos Órgãos Sociais** em conformidade com a “reestruturação exigida” pelos Estatutos da Sociedade, para o **triénio 2013-2015**.

31.3 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” em 31 de Dezembro é a seguinte:

Rubricas	2013 (N)	2012 (N-1)
Imposto s/o Valor Acrescentado		
Imposto s/o Rendimento Pessoas Coletivas	17.964,91 €	0,00 €
. Imposto estimado		
. Pagamentos por conta		
. Retenções na fonte		
TOTAL DO ATIVO	17.964,91 €	0,00 €
Imposto s/o Rendimento Pessoas Singulares	4.662,78 €	2.359,10 €
Imposto s/o Valor Acrescentado	23.641,81 €	44.257,69 €
Contribuições para a Segurança Social	531,04 €	6.504,58 €
Imposto s/o Rendimento Pessoas Coletivas		8.662,83 €
. Imposto estimado		
. Pagamentos por conta		
. Retenções na fonte		
TOTAL DO PASSIVO	35.835,63 €	61.784,20 €



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

31.4 Projeto de Candidatura aos Incentivos Financeiros no âmbito do SIVETUR

Registe-se como histórico relevante que a Empresa viu **aprovado o seu Projecto de Candidatura** aos Incentivos Financeiros no âmbito do Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR), tendo o número 00/14459.

Com um **projecto de investimento de 5.166.416,00 euros**, executado no período compreendido entre 1 de Outubro de 2003 e 1 de Outubro de 2005, e já tendo ocorrido o seu encerramento financeiro, foi-lhe **concedido um incentivo**, já corrigido, no valor total de 2.908.871,04 euros que revestiu as seguintes modalidades:

a) **Incentivo reembolsável** até ao valor de **1.357.517,00 Euros** que não vence juros, sendo atribuído pelo prazo total de 8 anos, contados a partir da primeira utilização, os quais incluem um período de carência de 3 anos e um período de amortização de 5 anos. O incentivo reembolsável é amortizado em semestralidades, vencendo-se a primeira prestação seis meses após o termo do período de carência.

b) **Incentivo não reembolsável** no valor de **1.551.354,04 Euros**.

Já no exercício de 2010 e a **premiar a qualidade da execução do seu Projecto de candidatura ao SIVETUR**, a Empresa recebeu um Prémio, na quantia de **610.882,65 euros**, com o qual procedeu à **amortização do seu Incentivo não reembolsável** (inicialmente de 1.551.354,04 euros), o qual, conforme consta da **Nota 11**, à data de 31 de Dezembro de 2010, baixou para a quantia de 67.875,85 euros (rubrica 25821).

O valor registado nas rubricas **5932 - Subsídios ao Investimento - SIVETUR** (inicial de 1.551.354,04 euros) e **5933 - Subsídios ao Investimento - SIVETUR - Prémio** (inicial de 610.882,65 euros), que à data de 31 de Dezembro, são respectivamente, de 286.536,94 euros e 428.711,60 euros, serão imputados à conta **7883 - Imputação de Subsídios para Investimentos - SIVETUR**, na proporção de 1/8 o que corresponderá a uma taxa de 12,5% e a um valor anual de **270.279,57 euros**, assim calculado:

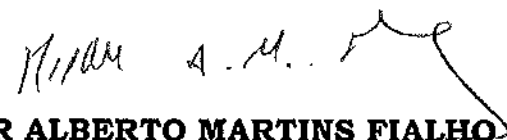
5932 - Incentivo ao Investimento não reembolsável	
1.551.354,04 euros x 12,5%	193.919,24
5933 - Incentivo ao Investimento (Prémio)	
610.882,65 euros x 12,5% =	76.360,33
Total anual a imputar a rendimentos (7883)	270.279,57

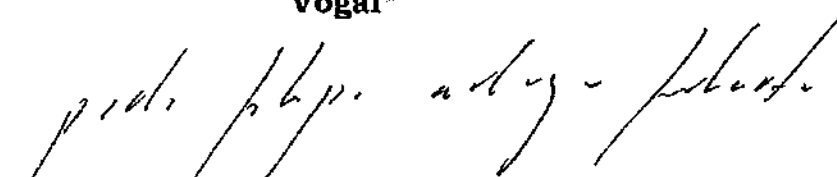
**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2013**

Ponta Delgada, 18 de Fevereiro de 2014

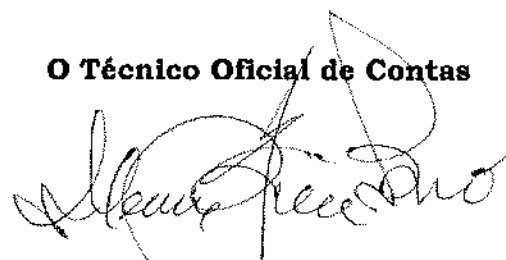
O Conselho de Administração


JOSE MANUEL ALMEIDA MEDEIROS
Presidente


HELDER ALBERTO MARTINS FIALHO
Vogal

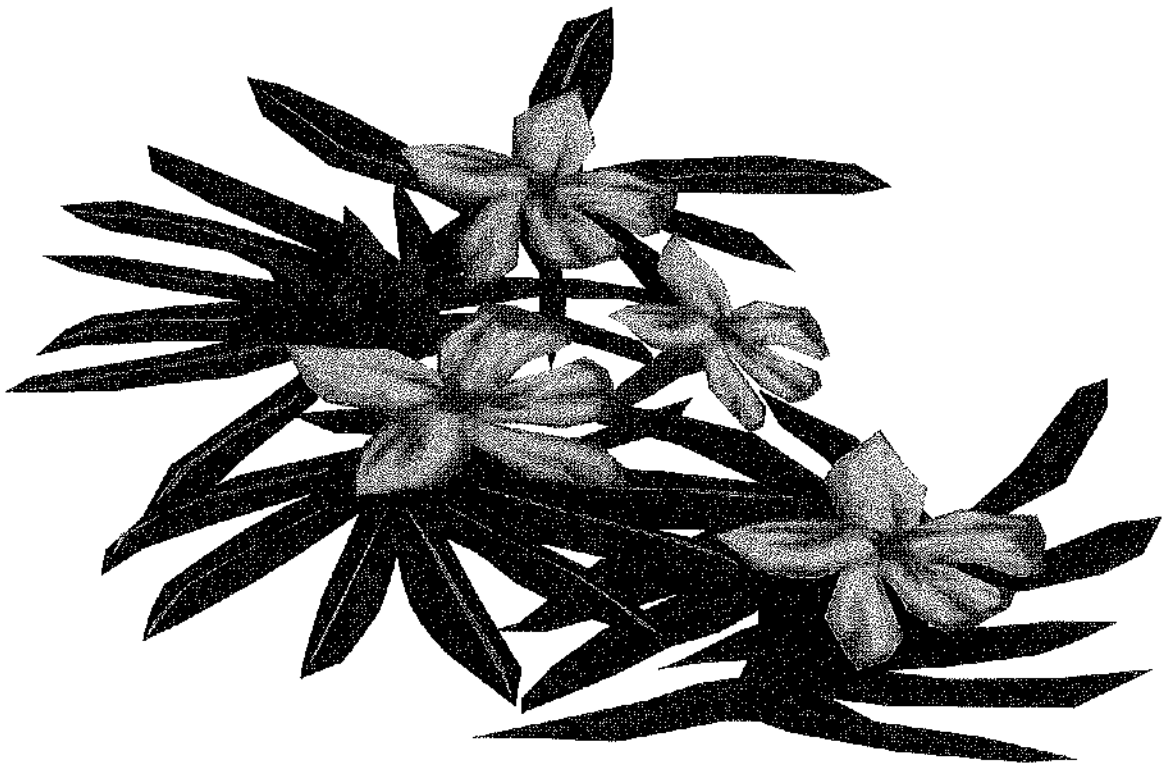

PEDRO FILIPE RODRIGUES FURTADO
Vogal

O Técnico Oficial de Contas


HERMANO GARCIA VARÃO
Inscrição N.º 405



**COLISEU
MICAELENSE**
1917 - 2005



**RELATÓRIO
E PARECER DO
FISCAL ÚNICO**

Trabalho elaborado pela Neca, Lda. - Tel. 296304270

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2013

Senhores Accionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração do COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A., relativos ao exercício de 2013.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2013, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.

- 2- De acordo com o n.º 1 do Artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013;

- b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;

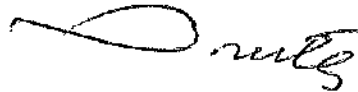


DUARTE GIESTA
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
UNIPessoal, LDA.
INSCRIÇÃO N.º 199

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 19 de Fevereiro de 2014

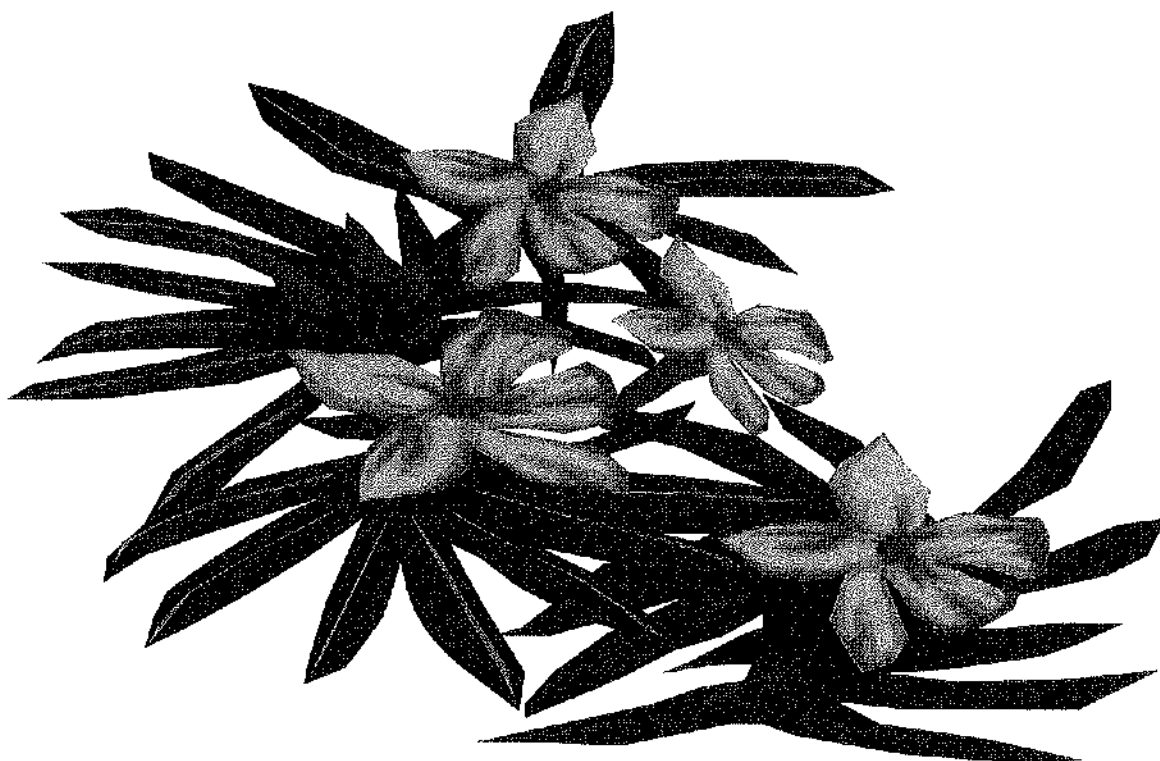
O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta, SROC, Unipessoal, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)



**COLISEU
MICAELENSE**
1917 - 2005



**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS**

Trabalho elaborado pela Neca, Lda. - Tel. 296304270

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 16.579.059 euros e um total de capital próprio de 12.248.362 euros, incluindo um resultado líquido de 161.841 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

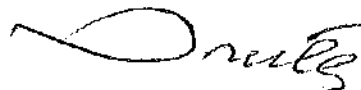
OPINIÃO

- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

- 8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ponta Delgada, 19 de Fevereiro de 2014



Duarte Giesta, SROC, Unipessoal, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)